

MESTRADO EM
EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Dissertação de mestrado

***A importância da vinculação no sucesso do
acolhimento residencial e da autonomia de
adolescentes e jovens em risco***

Orientadora: Maria José Martins

Candidato: Filipe Mouzinho Serrote

Portalegre, julho de 2025

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

Arguente: Profa. Doutora Maria Luísa de Sousa Panaças

Orientador: Profa. Doutora Maria José das Dores Martins

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todas as crianças e jovens que passaram nas casas de acolhimento do Alto Alentejo e que puderam constatar a dedicação, o compromisso e o carácter de alguns cuidadores que se importaram com eles!

Ao Professor Doutor Fernando de Almada e ao Professor Doutor Manuel Sérgio pelos ensinamentos, pelo pensamento crítico e por me ajudarem a ser o Homem que sou hoje! Um homem livre! Um brinde daqui até ao céu!

“A juventude é a janela pela qual o futuro entra no mundo.”

Papa Francisco

Agradecimentos

Agradecer algo, ou a alguém é um ato de humildade, de reconhecimento e de empatia. Quando fechamos um ciclo de vários anos num determinado projeto, trabalho ou estudo, há que reconhecer o apoio, entusiasmo e até a resiliência de algumas pessoas que contribuíram, decisivamente para que essa façanha fosse concluída. Em primeiro lugar, como é evidente, estão os meus pais que de uma forma cuidada, estruturada e com aquele amor incomensurável, estiveram na primeira linha. À minha mulher Mónica e às minhas filhas Constança e Carolina pelo incentivo permanente, apoio emocional e presença.

Aos meus irmãos pelo incentivo e preocupação para que concluísse este projeto.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria José Martins pela partilha de conhecimentos, pela orientação ponderada, preparada e pela paciência que teve ao longo de todo este processo.

Ao Professor Doutor João Pedro Gaspar pela cumplicidade e pela partilha de um amor conjunto como é o Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

A todos os participantes neste trabalho o meu sincero agradecimento!

Às centenas de crianças e jovens que tive o privilégio de conhecer nas casas de acolhimento e que me ensinaram a ser melhor profissional, melhor ser humano e um corajoso desobediente que insiste em promover, por onde passa, alguns salpicos de felicidade que aprendeu na sua infância!

“Quando a ordem é injusta, a desordem é já um princípio de justiça!”

Romain Rolland

Acrónimos e Siglas

CA – Casas de Acolhimento

AR – Acolhimento residencial

AF – Acolhimento familiar

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

ISSIP – Instituto de Segurança Social, Instituto Público

UNICEF – United Nations International Children's Emergency Fund

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (ex) acolhidos

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento

Índice

Dedicatória	3
Agradecimentos	4
Acrónimos e Siglas	5
Resumo	7
Abstract	9
Résumé	10
Introdução.....	10
Primeira parte - Enquadramento teórico	16
Capítulo 1 – Acolhimento Residencial.....	16
1.1 Qualidade do acolhimento residencial	19
1.2 Benefícios do acolhimento residencial para crianças em situação de risco	20
1.3 Objetivos Gerais das Casas de Acolhimento	20
1.4 Adolescência e juventude em acolhimento residencial.....	21
1.5 A visão dos relatórios CASA	25
1.6. Rede de entajuda – Autonomia de vida	42
Capítulo 2 - A importância do processo de vinculação	43
2.1 Figuras de referência.....	48
2.2 Perfil do jovem acolhido em Portugal.....	49
Segunda Parte – Estudo Empírico.....	53
Capítulo 3 - Método.....	53
3.1 Participantes	53
3.2 Instrumentos.....	53
3.3 Procedimento.....	54
Capítulo 4 - Apresentação de resultados	55
4.1 Figuras de vinculação/referência antes do acolhimento	60

4.2 Figuras de vinculação/referência durante o acolhimento	62
4.3 Figuras de vinculação/referência após o acolhimento	65
4.4 Vivências dos jovens ex-acolhidos durante o processo de autonomia de vida.....	69
Capítulo 5 - Conclusões e implicações	80
Referências bibliográficas	88
Anexos.....	95
QVAR	95
(Serrote & Martins, 2020)	95
Entrevista semiestruturada a jovens ex acolhidos em casas de acolhimento do Alto Alentejo.	100

Resumo

O acolhimento residencial (AR) constitui uma medida de proteção à infância e juventude muito utilizada em Portugal. Esta dissertação procura esclarecer como o acolhimento residencial, enquanto medida de proteção, pode contribuir para o desenvolvimento e autonomia dos jovens, bem como compreender o papel da vinculação aos cuidadores do AR nesse processo. Para o efeito foram construídos 2 questionários, o primeiro foi aplicado a 16 jovens em AR, que visava compreender quem eram as figuras de referência para os jovens antes, durante e após o AR; o segundo foi aplicado a 9 jovens, que tinham terminado a medida de AR algum tempo antes de responderem ao questionário, e pretendia esclarecer qual a importância do AR na vida dos jovens, identificar as suas figuras de referência e as dificuldades que sentiram no processo de autonomia.

Os resultados indiciam que existe uma maior dificuldade de vinculação aos cuidadores das casas de acolhimento, quando o acolhimento é efetuado já em plena adolescência, sendo menor o seu grau de satisfação com o AR tendo em conta o acumular de experiências adversas na sua vida. Foram ainda encontradas evidências sobre a importância das casas de acolhimento na vida e no futuro de todos estes jovens, e identificadas várias dificuldades na transição para a vida ativa/processo de autonomia.

Palavras chave: acolhimento residencial, casas de acolhimento, vinculação, autonomia de vida, figuras de referência, adolescência, juventude, jovens em risco.

Abstract

Residential care (RS) is a widely used child and youth protection measure in Portugal. This dissertation seeks to clarify how residential care, as a protective measure, can contribute to the development and autonomy of young people, as well as to understand the role of bonding with caregivers in this process. To this end, two questionnaires were developed. The first was administered to 16 young people in residential care, aiming to understand who their role models were before, during, and after their placement. The second was administered to 9 young people, who had completed their residential care some time before responding to the questionnaire. It aimed to clarify the importance of residential care in the lives of these young people, identify their role models, and the difficulties they experienced in the process of becoming independent.

The results demonstrate that there is greater difficulty in bonding with caregivers in residential care when the placement is already in adolescence, and their level of satisfaction with residential care is lower, given the accumulation of adverse experiences during their lives. Evidence was also found regarding the importance of foster homes in the lives and future of all these young people, and several difficulties were identified in the transition to active life/the process of becoming independent.

Keywords: residential care, care homes, attachment, independent living, significant adults, adolescence, youth, at-risk youth.

Résumé

Le placement en foyer est une mesure de protection de l'enfance et de la jeunesse largement utilisée au Portugal. Cette dissertation cherche à clarifier comment le placement en foyer, en tant que mesure de protection, peut contribuer au développement et à l'autonomie des jeunes, ainsi qu'à comprendre le rôle de l'attachement aux soignants du foyer dans ce processus. À cette fin, deux questionnaires ont été élaborés. Le premier a été administré à 16 jeunes en foyer, dans le but de comprendre qui étaient les figures de référence pour ces jeunes avant, pendant et après le placement. Le second a été administré à 9 jeunes qui avaient terminé leur mesure de placement en foyer quelque temps avant de répondre au questionnaire. Il visait à clarifier l'importance du placement en foyer dans la vie des jeunes, à identifier leurs figures de référence et les difficultés qu'ils ont rencontrées dans le processus d'autonomie.

Les résultats montrent une plus grande difficulté d'attachement aux soignants des foyers lorsque le placement intervient à l'adolescence, leur degré de satisfaction vis-à-vis du placement étant moindre compte tenu de l'accumulation d'expériences adverses dans leur vie. Des preuves ont également été trouvées concernant l'importance des foyers dans la vie et l'avenir de tous ces jeunes, et plusieurs difficultés ont été identifiées dans la transition vers la vie active/le processus d'autonomie.

Mots-clés: hébergement résidentiel, maisons d'accueil, liens, autonomie de vie, figures de référence, adolescence, jeunesse, jeunes en situation de risque

Introdução

“Não precisamos de mudar de livro, apenas devemos mudar de página”

Paulo Guerra

O acolhimento residencial (AR) constitui uma medida de proteção à infância e juventude (Lei n.º 147/99) e continua a ter uma enorme expressão quando falamos de medidas de colocação extrafamiliar. Os últimos dados do relatório CASA (CASA 2024) da Segurança Social, alusivo ao ano de 2023, referem que existiam 6183 crianças e jovens acolhidas, representando uma taxa de incidência média de 0,26% da população jovem residente (dos 0 aos 24 anos) segundo os CENSOS 2021. O acolhimento familiar (AF) continua a crescer, no entanto dificilmente será resposta para a grande maioria dos jovens acolhidos em casas de acolhimento (CA), tendo em consideração o perfil destes jovens com comportamentos desviantes e problemas de saúde mental

Neste trabalho iremos analisar a problemática do acolhimento residencial de adolescentes e jovens, identificar quem são as suas figuras de vinculação ou referência, bem como compreender qual o papel que estes desempenham na adaptação psicossocial destes jovens e, por consequência, no sucesso quer do acolhimento residencial, quer da autonomia de vida, quando os jovens saem das CA.

Iremos ainda contextualizar a problemática da juventude, as suas dificuldades e anseios e o contexto social em que estes jovens estão inseridos, bem como as exigências da sociedade a um jovem em acolhimento residencial.

A problemática das crianças e jovens em acolhimento residencial é uma das áreas mais difíceis e complexas dos nossos tempos. Crianças e jovens maltratadas, negligenciadas, abandonadas e não compreendidas na sua infância e adolescência, são sem sombra de dúvida, uma equação difícil de resolver nas CA. Estas crianças e jovens quando chegam a uma casa de acolhimento residencial, trazem consigo todos os traumas, decepções, frustrações, sentimentos, educação, hábitos e cultura. Como sabemos, “o que se passa na infância, não fica na infância” (Gaspar & Guerra, 2024).

Este tema vem na sequência da necessidade de continuar a investigação sobre a qualidade dos serviços prestados nas Casas de Acolhimento (CA), bem como a preocupação sobre o futuro destes jovens.

Sabemos que as franjas da sociedade são normalmente votadas a esquecimento, passando à margem das principais preocupações da sociedade, principalmente por serem grupos pouco representativos. Gaspar (2014, pág 45) refere que:

“para estes menores, embora erradamente, a institucionalização costuma ser vista como um último recurso, pois a ideia de separar um filho dos progenitores e depositar a criança num “orfanato” é por si só assustadora. No entanto, não sendo desejável, é uma solução que acontecendo num Lar de Acolhimento funcional, pode mitigar o cariz negativo e até trazer benefícios, desde logo o corte com os maus-tratos e a convivência com pares, também ele vítimas e os vínculos que entre estes se podem estabelecer.”

No entanto, também sabemos que o número de crianças e jovens acolhidos em Portugal ainda se mantém elevado, apesar da tendência decrescente ao longo dos últimos 10 anos. Atualmente são ainda mais de 6000, segundo o relatório CASA 2023, publicado em 2024 pelo Instituto de Segurança Social. Neste sentido surge a necessidade de encontrar estratégias para, quando estes jovens adquirirem competências de autonomia, poderem seguir a sua vida de forma “normal”, vivendo numa casa, tendo um emprego e podendo cumprir os seus sonhos.

Esta problemática tem pertinência atual, tendo em conta que os jovens em acolhimento tinham que sair das CA aos 18 anos ou aos 21 dado o término da medida de promoção e proteção. A alteração à Lei de Promoção e Proteção que admite a possibilidade de prolongar a medida até aos 25 anos, mediante um projeto de vida comprometido com a formação e educação, foi um passo importante para os jovens que ainda não estavam preparados para sair das CA e ainda necessitavam de ajuda.

Uma questão que está a complexificar todo este processo é a tendência nacional e internacional para não institucionalizar até aos 6 anos de idade, como refere a nova Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro, nomeadamente no seu Artigo 46.º n.º4, onde é referido que se

privilegia “a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos seis anos de vida, salvo: a) Quando a consideração da exceção e específica situação da criança ou jovem carecidos de proteção imponha a aplicação da medida de acolhimento residencial; b) Quando se constate impossibilidade de facto.

Andrade (2016) refere que o Estado “pretende colocar os jovens em qualquer casa de acolhimento onde haja uma vaga, independentemente das características dos que entram e dos que já lá estão”, bem como “o perfil do jovem do acolhimento temporário e de emergência foi mudando ao longo do tempo. Hoje, estes jovens são quase todos adolescentes. O peso do acolhimento é dos 12 anos para cima”.

Os danos colaterais desta tendência poderão ser muito negativos tendo em conta o elevado nível etário com que, cada vez mais, os jovens ingressam nas CA, com toda a complexidade que daí advém, como os maus hábitos, os comportamentos aditivos e os comportamentos desviantes.

MF, jovem ex-acolhido numa CA do Norte, refere no livro “O que se passa na infância não fica na infância”, de Gaspar & Guerra (2024, p. 27) que:

“aos 13 anos, quando fui retirado da família, para uma casa de acolhimento, deu-se a oportunidade de fazer diferente. E porquê? Primeiro, porque esta intervenção para a institucionalização foi no tempo certo, acredito que se fosse um ou dois anos mais tarde teria entrado com muito mais resistências e muito mais impermeável à mudança. Em segundo, porque mudei para um contexto em que ninguém me conhecia, em que não existiam expectativas sobre mim ou a forma como eu deveria reagir. Podia construir e revelar qualquer pessoa que habitasse em mim. E, muito felizmente, tive educadores e técnicos que, de forma brilhante, souberam extrair e potenciar o melhor de mim, de me reconhecerem valores e feitos que me orientariam o futuro.” MF refere ainda que carrega *“no coração e com imensa gratidão todos os nomes das sábias pessoas que tiveram a capacidade de, através do seu amor ou pedagogia, canalizarem os meus erros para aprendizagens significativas. E se estas aprendizagens se ficassem por aqui e eu nunca as tivesse colocado em prática,*

só tinha falhado a minha cota-parte de responsabilidade. Tudo o que estes pedagogos fizeram, fizeram-no bem. Apetrecharam-me de ferramentas para fazer diferente, e felizmente tive a oportunidade de fazer diferente.”

Esta partilha de MF transmite-nos a perspectiva de que há caminho a fazer na resposta do acolhimento residencial, bem como na abordagem do Instituto de Segurança Social.

Neste sentido e tendo em consideração a pertinência do tema, julgo ser importante investigar mais sobre esta temática da vinculação das crianças e jovens em acolhimento residencial.

Como tal, urge desenvolver toda esta problemática do processo de vinculação de jovens residentes em CA. A questão de partida é então a seguinte:

Quem são as figuras de referência para estes jovens antes do acolhimento residencial?

Mas será a vinculação um processo fundamental para o sucesso dos jovens no pós-acolhimento? Serão os cuidadores das CA - as figuras de referência destes jovens - capazes de dar o suporte necessário no processo de autonomização dos jovens e tornarem-se, efetivamente nas figuras de vinculação secundária? E poderão os pares constituir-se enquanto figuras de vinculação secundária destes jovens?

O objetivo geral deste trabalho é compreender o processo de vinculação nos jovens em acolhimento residencial na fase da adolescência, bem como a definição de estratégias de intervenção de forma a prepará-los para a vida adulta.

Assim os objetivos específicos do trabalho são os seguintes:

- a) Caracterizar a população de crianças e jovens acolhidos em duas CA situadas no Alto Alentejo, de 2014 a 2020.
- b) Identificar as figuras de referência dos jovens, antes, durante e após o acolhimento, ou seja, identificar as pessoas com quem estabeleceram vínculos em determinadas fases da sua vida;
- c) Aferir a importância da existência de figuras de referência ao longo da vida;
- d) Percecionar o relevo dado pelos jovens aos vínculos estabelecidos com os cuidadores, durante o período do acolhimento e no pós-acolhimento;

Estes objectivos pretendem clarificar a percepção dos jovens sobre as suas figuras de referência ao longo da vida, a vinculação (ou não) aos cuidadores das CA e a importância das figuras de referência nas várias idades e o seu impacto na vida destes jovens, de forma a podermos compreender que quanto mais tarde os jovens forem acolhidos nas CA, mais difícil e complexo vai ser o período de acolhimento, bem como o sucesso da sua residencialização (expressão usualmente utilizada pelo Juiz-Desembargador Paulo Guerra quando se refere à institucionalização), com vista a autonomia.

Esta investigação está organizada em duas partes:

- 1) o enquadramento teórico;
- 2) o estudo empírico;

No enquadramento teórico o primeiro capítulo aborda toda uma análise sobre as CA, a qualidade do acolhimento residencial, bem como os seus objetivos. Termina com uma abordagem sobre as diferenças entre adolescência e juventude.

O segundo capítulo menciona a importância do processo de vinculação, os vários aspetos desta temática, bem como analisa os principais autores e conceitos da teoria da vinculação e desenvolvimento infantil. Este segundo capítulo termina com uma abordagem às figuras de referência dos jovens acolhidos e com a reflexão e análise sobre o perfil do jovem acolhido em Portugal.

O terceiro capítulo define o método utilizado neste trabalho, onde são definidos os participantes e os instrumentos utilizados nesta investigação.

No quarto capítulo são apresentados os resultados do estudo com os dados sobre as figuras de referência, antes, durante e após o acolhimento.

O quinto e último capítulo refere-se às conclusões do trabalho, bem como às suas implicações, referindo ainda as limitações do estudo, bem como breves sugestões sobre futuros estudos nesta área.

Primeira parte - Enquadramento teórico

Capítulo 1 – Acolhimento Residencial

“O acolhimento residencial é onde se cruza autoridade e afeto em horas vivas”

Paulo Guerra

No âmbito da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, de 1 de setembro de 1999 (Lei nº147/99), revista pela Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto, pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro, pela Lei n.º 23/2017 de 23 de maio, pela Lei n.º 26/2018 de 5 de julho, pela Lei n.º 23/2023 de 25 de maio, pelo DL n.º39/2025 de 25 de março, pela Lei nº 37/2025 de 31 de março e pela Lei n.º 39/2025 de 1 de abril, as casas de acolhimento são descritas, no seu Art.º 52.º como

“públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o Estado” e no Art.º 49.º, n.º 2 é referido que tem “como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

A medida de acolhimento residencial aplicada pelas comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ), sempre com o consentimento dos pais e da criança com pelo menos 12 anos – e pelos tribunais, deverá ser “sempre o último recurso” (Guerra, 2024, pág. 190). A intenção desta medida é a proteção das crianças contra “maus-tratos, negligência e/ou outros tipos de problemática – leva ao paradoxo da institucionalização, hoje, mais rigorosamente, da residencialização (Guerra, 2024, pág. 191).

As razões que levam ao acolhimento residencial residem na incompetência dos pais para o exercício das responsabilidades parentais, negligência a vários níveis (segurança, saúde,

higiene), abuso físico, sexual, etc. É, portanto, competência destas casas assegurar, como alicerces fundamentais, a crianças e jovens, um ambiente seguro e proporcionar um crescimento e desenvolvimento saudável e integral (tanto a nível físico como psicológico, logo holístico), sempre no encontro de um equilíbrio emocional, (prematuramente corrompido) e um franco desenvolvimento tanto a nível motor, como emocional e cognitivo. São estes os alicerces fundamentais, pelos quais se rege este reforço de competências e valores a que as CA devem e têm que estar associadas.

É um processo devidamente estruturado com início no acolhimento (baseado numa avaliação diagnóstica, estruturada pelas entidades responsáveis) e conceção de um Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI). Seguidamente, mentaliza-se e constrói-se um todo de gestão de atividades lúdico-pedagógicas, tendo em conta a idade da frequência de ensino a que se destinam. Nestes processos, que fazem parte do quotidiano (onde também se integram todos os cuidados pessoais e de saúde, nutrição e alimentação) pretende-se potenciar jovens ativos, autónomos, cívicos e membros de uma sociedade da qual sempre fizeram parte, mas que por razões que lhes são alheias na maior parte das vezes, acabaram por ser afastados do seu meio social.

O acolhimento residencial é uma realidade para muitas crianças e jovens em Portugal. Dados do relatório CASA 2023 (Instituto de Segurança Social, 2024) referem que, em Portugal, existem cerca de 6183 crianças e jovens em acolhimento residencial. São dados relevantes e demonstram a importância destas casas no processo de crescimento e desenvolvimento destas crianças e jovens.

O sistema de acolhimento residencial em Portugal integra ainda cerca de 356 CA, com autonomia em relação ao “tipo de cuidados que disponibilizam às crianças e jovens aí acolhidos e são muito distintas entre si nos recursos (incluindo recursos humanos) e nos serviços que providenciam às crianças/jovens acolhidos.” (Rodrigues e Barbosa-Ducharme, 2017, citado em Gaspar & Santos, 2017).

Sendo este processo de acolhimento de crianças e jovens reflexo de famílias destruturadas, o perfil do jovem acolhido é cada vez mais complexo e difícil, tornando o trabalho das equipas das CA necessariamente também mais ambicioso.

As CA têm como missão a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens, nomeadamente as que se encontram em perigo ou risco de exclusão, de forma a assegurar o seu desenvolvimento integral, através de acolhimento, educação, formação e inserção social, familiar e profissional.

É também missão das CA, como é referido na atual redação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a integração de crianças e jovens adolescentes, sobretudo as desprovidas do meio familiar adequado, garantindo percursos educativos inclusivos, norteados, nomeadamente, na escolaridade obrigatória, no ensino profissional de qualidade e adequado às características de cada jovem, e numa aposta na integração profissional. Referimos, no entanto, que mais importante que a escolaridade é sem dúvida a recuperação psicológica e traumática de todas as crianças e jovens acolhidas.

É ainda obrigação primordial de qualquer CA:

- promover a resiliência nas crianças e jovens em acolhimento residencial, bem como contribuir de forma decisiva para o seu projeto de vida e respetiva autonomização ou encaminhamento residencial;
- Evoluir para um conceito de acolhimento com intencionalidade reparadora no médio/longo prazo;

De forma resumida, as CA devem acolher as crianças e os jovens não até que sejam adultos, mas para que se tornem adultos, desfrutando da sua infância e adolescência de forma integral.

Contudo, para o cumprimento da missão, as infraestruturas e os recursos disponíveis não podem ser restringidos ao espaço físico das instituições de acolhimento, mas sim devem extravasar para outros espaços públicos, para outras instituições públicas e privadas, como as escolas, bibliotecas, complexos desportivos, empresas, associações, entre outras. Fazendo um paralelismo com o ditado africano “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança...”.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, na sua redação atual, refere no seu Art.º 49.º n.º 1 e 2 que o Acolhimento Residencial “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de

acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.” A sua finalidade é:

“contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo uma educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”

O acolhimento residencial constitui assim uma importante medida de proteção.

No relatório da UNICEF (2011), mas também na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Portugal, destaca-se que, em situações onde a família biológica não pode garantir a segurança e o bem-estar da criança ou do jovem, o acolhimento residencial pode ser a melhor alternativa para evitar situações de abuso, negligência ou abandono, embora o ideal seja a integração familiar, o acolhimento pode proporcionar um ambiente mais seguro e estruturado, essencial para o desenvolvimento saudável.

Um estudo comparativo de Barth (2012) examina as diferenças entre acolhimento familiar e residencial, argumentando que, em algumas circunstâncias, o acolhimento residencial pode ser mais apropriado, especialmente para jovens com necessidades complexas ou comportamentos desafiadores, que podem não encontrar suporte adequado num ambiente familiar negligente ou abusivo.

Del Valle e Bravo (2013), no seu estudo oferece uma análise internacional sobre os cuidados fora do lar, destacando que o acolhimento residencial, embora menos familiar do que a reintegração numa família é crucial para muitos jovens. O estudo aponta que, para aqueles que não podem ser reintegrados nas suas famílias de origem ou adotados, o acolhimento residencial oferece uma rede de suporte estável.

1.1 Qualidade do acolhimento residencial

O relatório da National Scientific Council on the Developing Child (2012) reforça que, enquanto o acolhimento familiar é geralmente preferido, a qualidade do cuidado é o fator mais crítico. Um acolhimento residencial de alta qualidade, que oferece um ambiente seguro, apoio

emocional e estrutura, pode compensar a falta de um ambiente familiar, ajudando a mitigar os efeitos do trauma e do abandono, frequentemente associados às famílias biológicas negligentes ou abusivas.

1.2 Benefícios do acolhimento residencial para crianças em situação de risco

Courtney e Iwaniec (2009) oferecem uma visão abrangente sobre o acolhimento residencial, com comparações internacionais e uma análise dos benefícios deste tipo de cuidado para crianças em situação de perigo. Argumenta-se que, para muitas crianças, o acolhimento residencial pode ser o único ambiente em que podem receber cuidados consistentes, educação e apoio psicológico.

1.3 Objetivos Gerais das Casas de Acolhimento

A Lei 147/99 de 1 de setembro, na sua atual redação refere, no seu Art.49, n.º1 sobre o acolhimento residencial que é uma medida de colocação da criança ou jovem que passa a estar *“aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.”* Refere ainda, no seu ponto 2 do art.º 49 que *“tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens”*, bem como o *“efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”*

Os objetivos descritos em baixo, tanto os gerais como os específicos, foram definidos pelo Diretor das Casas de Acolhimento onde se encontravam os participantes do presente estudo e pretenderam definir qual (ais) as mudanças que as CA se propunham alcançar com os recursos e o tempo que tinham à sua disposição, nomeadamente:

- Contribuir para o crescimento e desenvolvimento saudáveis das crianças e jovens acolhidas, promovendo a formação de uma personalidade equilibrada e responsável;
- Incutir às crianças e jovens, valores que facilitarão o seu desenvolvimento pessoal e social;

- Participação numa estratégia de articulação, envolvendo a Equipa Técnica e restantes colaboradores da instituição para o seu bom funcionamento;
- Obter uma taxa elevada de sucesso relativamente ao processo de autonomização a médio e longo prazo;
- Oferecer às crianças e jovens, novas experiências através do desenvolvimento de múltiplas atividades e do contacto com novas realidades;
- Promover o processo de integração de cada criança/jovem na CA;
- Promover um processo gradual de treino de competências de autonomia;
- Oferecer atividades desportivas, culturais e cívicas a todas as crianças e jovens durante o período em que estão residencializadas;
- Acompanhar as crianças/jovens da CA, na sua vida escolar e nas várias vertentes daí resultantes;
- Ocupar os tempos livres das crianças e jovens de uma forma organizada e diversificada, promovendo atividades diárias de acordo com as suas necessidades e especificidades;
- Acompanhar diariamente todas as crianças e jovens, no que respeita à sua saúde e ao seu bem-estar, nomeadamente através do controlo individual de medicação;
- Acompanhar estas crianças e jovens no seu percurso familiar, com toda a complexidade que daí advém.

1.4 Adolescência e juventude em acolhimento residencial

O que é a adolescência? Há muitos estudos, muitas referências e muitos trabalhos sobre a fase mais complexa do ser humano. Sprinthall e Collins (2011) na sua abordagem desenvolvimentista definiram este conceito com bastante consistência começando por se interrogar se a adolescência é real, “um estágio genuíno da vida ou é, simplesmente, uma

invenção artificial de algumas sociedades ou culturas?” Sprinthall e Collins (2011, pág.5) Após essa interrogação que nos leva a refletir sobre esta complexidade, os autores continuam a análise de contexto e iniciam algumas hipóteses de respostas, como a possibilidade de a adolescência ser uma “invenção cultural” e nesse caso, referem que deverá ser estudada pela antropologia ou pela sociologia, e “não numa perspetiva psicológica, já que neste caso, a existência da adolescência como um conceito dependerá totalmente de cada cultura particular. Por outro lado, a adolescência poderá constituir um estágio real do desenvolvimento humano, ou representar um conjunto de resposta situacionais dadas pelos indivíduos numa fase de transição para a vida adulta, numa dada sociedade ou cultura” (Sprinthall e Collins, 2011, pág.5). Estas reflexões remetem-nos para uma análise reflexiva sobre o conceito **adolescência** e colocam-nos algumas dúvidas, nomeadamente sobre se esta fase da vida será mesmo um estágio de desenvolvimento ou invenção cultural. Percebe-se ao longo do estudo de Sprinthall e Collins que este conceito é de uma complexidade enorme e que é influenciado por vários fenómenos, nomeadamente a genética, a educação, o ambiente social e familiar e por questões culturais e políticas. A adolescência é então caracterizada pelos autores como um produto, tanto da fisiologia como da cultura e “a sua origem, deve-se, em grande parte, à industrialização que ocorreu no final do século XIX e no princípio do séc. XX, que provocou profundas mudanças a nível da estruturação familiar, das oportunidades de carreira e da urbanização. Como resultado, os adolescentes deixaram de transitar diretamente da infância para a vida adulta. Em vez disso, começaram a passar por um estágio de crescimento intermédio, momento esse que agora se designa por adolescência.” (Sprinthall & Collins, 2011, pág. 676).

Com o passar dos anos e com os estudos cada vez mais diversos, percebeu-se que no final da adolescência havia eventualmente outra fase do desenvolvimento humano antes da fase adulta. Uma das principais figuras desta análise e conceptualização que se poderá chamar como a descoberta de um novo estágio, é Keniston, que tem “esboçado alguns dos principais fatores que dão apoio à sua tese de que, os estudantes em idade de frequentar o ensino superior, não são nem adultos nem adolescentes...” (Sprinthall e Collins, 2011, pág. 676). Esta fase é denominada de **juventude**...

No início do Séc. XX, houve uma enorme transformação no ensino secundário com aumento significativo do número de alunos a frequentarem este nível de ensino. Esta enorme

transformação social aconteceu principalmente nos países desenvolvidos e refletiu-se no comportamento dos jovens que antes teriam que trabalhar e agora podem estudar. Keniston citado por Sprinthall e Collins (2011) refere que esta enorme mudança no comportamento dos estudantes adolescentes de 17 e 18 anos de idade, que antes entravam no mundo do trabalho, inicia agora uma nova fase denominada de juventude, “estádio este que é intermédio entre adolescência e a vida adulta” (Sprinthall e Collins, 2011, pág.676).

Como afirma Pais (1990, p.149), a juventude pode ser encarada “como aparente unidade (quando referida a uma fase da vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir uns dos outros)”.

Ao pensarmos a juventude como o período de transição da adolescência para a vida adulta teremos que ter em conta não só a faixa etária, que por si só é um conceito difícil de definir por implicar a definição de limites, mas também a dimensão sociocultural, que está ligada ao processo de preparação dos indivíduos assumirem o papel de adultos na sociedade relativamente à responsabilidade pessoal e profissional.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2019) considera a juventude, do ponto de vista sociológico, como a preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, abrangendo a faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade, diferenciando-se assim da adolescência que se refere ao processo que vai dos 10 aos 19 anos de idade, compreendendo a pré-adolescência, com a puberdade (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos).

Embora a juventude possa ser encarada como uma categoria social, quando se agrupam todos os indivíduos que partilham a mesma fase de vida, é necessário perceber as múltiplas experiências que se reúnem sob essa denominação.

Strecht (2017) refere a respeito do processo da adolescência que este tempo do ser humano se divide em “*três grandes momentos*”:

- **Inicial**, claramente determinado pelas primeiras mudanças físicas da puberdade, algures entre os 12 e os 15 anos de idade.
- **Intermédio**, já de maior maturidade e equivalência (mesmo entre pares) de todas as questões meramente físicas e de maior desenvolvimento e afirmação emocional, entre os 15 e os 18 anos.

-Final, entre os 18 e, pelo menos, os 23 anos, de consolidação de autonomia e estrutura de personalidade.”

É na adolescência que ocorrem grandes e rápidas mudanças no desenvolvimento humano, sendo que as mais notórias as que ocorrem ao nível físico. Para além destas alterações, ocorrem também modificações cognitivas e sociais, que são determinantes para o desenvolvimento do adolescente.

Infelizmente algumas famílias não conseguem perceber toda a complexidade dos adolescentes e com o confronto geracional entre pais e filhos, aparecem os conflitos. Outras famílias, não tendo competências parentais e por vezes condições financeiras suficientes, acabam por não conseguir assumir as responsabilidades parentais necessárias à educação dos adolescentes. Há ainda situações de comprovada ausência de valores e família e até atitudes desadequadas e criminosas, colocando as crianças e os jovens em perigo, o que torna fundamental a resposta de acolhimento residencial. É pois, derivado a situações limite, que os anos passados em acolhimento residencial podem ser a salvação de algumas crianças e jovens, mas podem também limitar a capacidade de adaptação e de autonomia. Existem na literatura algumas evidências de que o acolhimento residencial promove nos adolescentes alguma resistência na transição para a vida autónoma, tendo em conta o insuficiente treino de competências durante este processo de acolhimento, bem como a resistência em “crescer” dentro de uma residência de crianças e jovens.

O processo de acolhimento de um adolescente é por si só um processo complexo tendo em consideração todas as problemáticas dessas idades. No entanto e apesar dessas problemáticas, existem também algumas evidências que nos permitem referir que o acolhimento residencial pode ser encarado como uma situação positiva para a criança e para o jovem. As CA podem contribuir decisivamente para que as situações passadas com elevado potencial de risco para o desenvolvimento e crescimento destas crianças e jovens, não se traduzam em problemas psicossociais no futuro, proporcionando aos jovens oportunidades para reconstruir a sua vida, no âmbito do seu desenvolvimento.

A juventude e a adolescência são fases da vida muito complexas e difíceis, criando inclusive algumas dúvidas existenciais, construção de identidade e formação de carácter, bem

como o facto de percecionarem o seu futuro, muitas vezes, de forma irresponsável e assumirem mais riscos neste período que em qualquer outro período das suas vidas. É muitas vezes esquecido “o impacto que emocionalmente estas mudanças têm em quem está a crescer: a possibilidade real de um rapaz ou de uma rapariga de, por exemplo 12 ou 13 anos (ou até menos) ter capacidade reprodutiva” (Strecht, 2017, pág. 22).

Neste sentido e como reflexo das políticas sociais, o acolhimento residencial tem também tido algumas dificuldades em gerir toda a complexidade do acolhimento no âmbito dos processos de promoção e proteção tendo em conta que as crianças e jovens são acolhidas cada vez mais tarde (geralmente aos 12, 13, 14, ou até 15, 16 e 17 anos). “É na adolescência que se acentuam necessidades de liberdade, autossuficiência e associação a grupos de pares. Talvez por isso, e pelo facto de os regimes e regras de funcionamento das CA nem sempre se ajustarem às necessidades desta etapa desenvolvimental, a adolescência se associe aos comportamentos de fuga” (Cerdeira, et al., 2018).

1.5 A visão dos relatórios CASA

Os relatórios CASA sobre Crianças e Jovens em Risco de 2020, 2021, 2022 e 2023 (publicados pelo Instituto de Segurança Social, em 2021, 2022, 2023 e 2024) em Portugal apresentam uma visão abrangente e detalhada das situações de risco enfrentadas por crianças e jovens, bem como das intervenções e medidas de proteção adotadas. Apresenta-se de seguida um resumo das principais informações de cada um desses anos:

O relatório de 2020 foi elaborado durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19, o que trouxe desafios significativos na identificação e proteção de crianças e jovens em risco, como foi contextualizado na página 11.

Algumas reflexões:

- **Impacto da Pandemia:** Houve uma redução no número de sinalizações devido às restrições de mobilidade e ao encerramento das escolas, dificultando a identificação de casos de risco, como referido na página 142;

- Negligência e Maus-Tratos: A negligência continua a ser a principal causa de sinalização, seguida por maus-tratos físicos e emocionais como é referido no relatório na página 71;
- Medidas de Proteção: Aumento das intervenções de apoio à família e redução do acolhimento residencial, com adaptações devido às restrições impostas pela pandemia, como é referido na página 137.

No segundo ano da pandemia, o relatório 2021 manteve muitos dos desafios observados em 2020, mas houve uma adaptação gradual dos serviços de proteção social.

Algumas reflexões:

- Faixa etária do jovem acolhido: Confirma-se a predominância dos adolescentes entre os 15 e 17 anos como a faixa etária com maior presença no acolhimento, conforme consta no relatório na página 17;
- Negligência: A negligência continua a ser a principal causa de sinalização, com especial ênfase para a falta de supervisão e acompanhamento familiar, conforme consta no relatório na página 44;
- Acolhimento: Adoção de novas estratégias de acolhimento, incluindo o uso de tecnologia para acompanhamento de casos e apoio a famílias em risco, como referido na página 89.

No ano de 2022, o relatório CASA reflete um período de transição, com o retorno à normalidade após a pandemia e uma nova fase de ajustes e fortalecimento das políticas de proteção.

Algumas reflexões:

- Problemas de comportamento: Mais uma vez se regista que a faixa etária dos 15-17 anos foi quem mais teve problemas graves de comportamento, conforme demonstra o relatório na página 15;
- Crianças e jovens em acolhimento: 2 em cada 3 crianças e jovens têm mais de 12 anos, conforme consta no relatório, na página 82;

- Crianças e jovens estrangeiras: este fenómeno tem vindo a intensificar-se, ano após ano e já conta com cerca de 3% do total de jovens acolhidos, conforme consta no relatório na página 73.

No ano de 2023, o relatório CASA reflete o retorno à normalidade após a pandemia com novas perspetivas sobre o acolhimento, as suas sensibilidades e necessidades, nomeadamente com a alteração da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo pela Lei n.º 23/2023, de 25 de maio.

Algumas reflexões:

- Problemas de saúde mental: De referir um aumento exponencial relativamente a jovens acolhidos com problemáticas de saúde mental, o que vem reforçar a necessidade de respostas nesta área como é referido no relatório na página 12;
- Crianças e jovens em acolhimento: Mais de 50% dos jovens em acolhimento residencial têm mais de 12 anos de idade conforme refere o relatório na página 14;
- Características particulares: Em termos de problemas de comportamento, ressalta-se que já representa cerca de 25% das características particulares identificadas, seguindo-se o défice cognitivo com 9,2% e a doença mental com cerca de 6%, como refere o relatório na página 17.

Em todos os relatórios, torna-se clara a importância de melhorar a articulação entre diferentes serviços e a necessidade de investimentos contínuos em recursos humanos e formação especializada para lidar com as complexidades das situações de risco e perigo.

Os relatórios CASA são essenciais para entender a evolução das situações de risco para crianças e jovens em Portugal e para orientar políticas públicas e práticas de proteção social.

Nos relatórios CASA de 2020, 2021, 2022 e 2023 sobre Crianças e Jovens em Risco, a questão da vinculação das crianças acolhidas com os profissionais do acolhimento residencial é abordada como um elemento crítico para o bem-estar e desenvolvimento das crianças em

contextos de acolhimento. De seguida apresenta-se um resumo das conclusões desses relatórios sobre esse tema:

Reflexões sobre os relatórios de caracterização anual da situação de acolhimentos de crianças e jovens de 2020 a 2023 sobre o processo de vinculação:

a) Importância da Vinculação:

Os relatórios sublinham que a vinculação afetiva entre as crianças e os profissionais de acolhimento é fundamental para o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças, que precisam de cuidado, de proteção, de segurança e de escuta atenta, conforme é referido no relatório de CASA 2020 (Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2021, pág.145). Essa relação pode proporcionar um sentido de segurança e estabilidade, especialmente para crianças que já sofreram ruturas familiares significativas.

b) Impacto da Pandemia:

Nos relatórios de 2020 (pág 141) e 2021 (pág. 79-85; 89), a pandemia de COVID-19 é mencionada como um fator que exacerbou os desafios na vinculação. As restrições e a necessidade de isolamento social complicaram ainda mais as interações entre as crianças e os profissionais, impactando negativamente a qualidade da vinculação.

c) Boas Práticas e Recomendações:

Formação e Capacitação: Os relatórios CASA 2021 (p. 9) e CASA 2023 (p. 56), referem a importância da formação contínua dos profissionais de acolhimento em técnicas de vinculação e apoio emocional, destacando a necessidade de preparar esses profissionais para lidar com traumas e promover a resiliência dos jovens.

Em suma, os relatórios CASA sublinham que a vinculação das crianças acolhidas com os profissionais de acolhimento residencial é essencial para o seu bem-estar, mas enfrentam desafios significativos, que precisam ser abordados através de políticas que garantam uma

maior estabilidade, capacitação contínua dos profissionais e um ambiente de acolhimento mais seguro, afetivo e estável.

O impacto da idade das crianças e jovens ao chegarem ao acolhimento é um fator crucial no processo de vinculação emocional com a casa de acolhimento e os profissionais que lá trabalham. Nos relatórios CASA, este aspeto é abordado em diferentes contextos, com algumas reflexões importantes:

Dados estatísticos e relatórios nacionais:

- Os relatórios anuais CASA, que analisam a situação das crianças e jovens em risco, fornecem dados sobre a eficácia das medidas de acolhimento residencial. Mostram inclusive que, em muitos casos, o acolhimento residencial tem sido a única solução viável para proteger crianças e jovens de situações prejudiciais e garantir que os seus direitos sejam respeitados;
- Embora o relatório de Browne (2009) critique as condições de algumas instituições, também reconhece que, em certos contextos, o acolhimento residencial é necessário e pode ser melhorado para garantir que as crianças e os jovens recebam os cuidados e a proteção necessários.

O estudo de Unrau, Seita, J. R. e Putney (2008) inclui relatos de jovens que passaram por múltiplas mudanças de acolhimento e examina como o acolhimento residencial proporcionou a estabilidade e o suporte que eles não encontraram noutros ambientes. Esses testemunhos são uma forte evidência da importância do acolhimento residencial para certas populações de jovens.

O acolhimento residencial, embora não seja o ambiente ideal para as crianças e os jovens poderem crescer de forma harmoniosa em comparação com uma família estruturada ou mesmo em relação ao acolhimento familiar, pode ser a melhor e mais segura opção para muitas crianças e jovens, que não podem permanecer com as suas famílias de origem, nem têm o acolhimento familiar como opção. A literatura e os dados disponíveis sustentam que, quando o AR é bem estruturado e implementado com qualidade, CA mais pequenas permitem “maior proximidade entre cuidadores e adolescentes, facilitando o estabelecimento de vínculos afetivos mais estáveis e de relações percebidas como mais seguras” (Anglin,

2004; Holden et al., Shealy, 1996, cit. Rodrigues, 2018), o acolhimento residencial pode oferecer um ambiente seguro e protetor, essencial para o desenvolvimento saudável e para a construção de um futuro melhor para essas crianças e jovens.

Devemos então iniciar uma reflexão emergente: Devemos iniciar o processo de absorção da revolta exteriorizada pelos jovens:

“proporcionando relações afetuosas, securizantes e sólidas. Estes profissionais são fulcrais na transição para o acolhimento, funcionando como “porto de abrigo” a crianças “arrancadas” às famílias e colocadas em espaço estranho, com desconhecidos. Mas são-no igualmente na preparação para a saída, pois os menores podem encontrar na estabilidade nas relações com os adultos de referência, um fator de proteção acrescido, potenciando o processo resiliente, (Matos, 2003 cit. Gaspar, 2014, pág 188) tão fundamental no contexto de autonomização.” (Gaspar, 2014).

Iniciar o processo de vinculação dos cuidadores com as crianças e jovens em acolhimento residencial é uma tarefa delicada que exige sensibilidade, paciência e estratégias bem definidas. A criação de laços afetivos é fundamental para o bem-estar emocional e psicológico das crianças e jovens, especialmente daquelas que já passaram por situações de perigo ou trauma. Abaixo estão algumas estratégias recomendadas pelo Diretor das CA do Alto Alentejo que foram implementadas nas respetivas CA onde os jovens participantes no estudo estiveram:

a) Criação de um ambiente seguro e estável

- Consistência e rotina: Estabelecer uma rotina previsível e estável é crucial para ajudar as crianças e jovens a sentirem segurança. A previsibilidade do ambiente reduz a ansiedade e cria um senso de normalidade;
- Estabilidade na equipa: Minimizar a rotatividade de profissionais na casa de acolhimento é essencial. Crianças e jovens criam vínculos mais facilmente quando têm a oportunidade de desenvolver relações com cuidadores consistentes ao longo do tempo.

b) Construção de confiança

- Escuta ativa e respeito: Demonstrar genuíno interesse pelas histórias e experiências das crianças e jovens. O uso de escuta ativa, onde se valida os sentimentos e preocupações, ajuda a construir um relacionamento de confiança;
- Respeitar o ritmo da criança/jovem: Cada criança ou jovem tem o seu próprio ritmo para se abrir e confiar. É importante não forçar o processo, mas permitir que eles se aproximem quando se sentirem prontos.

c) Desenvolvimento de atividades conjuntas

- Atividades recreativas e educativas: Promover atividades recreativas, jogos, e projetos criativos junto com as crianças e jovens ajuda a criar momentos de interação positiva. Essas atividades devem ser agradáveis e adaptadas aos interesses e necessidades das crianças;
- Participação na vida diária: Envolver as crianças e jovens em atividades quotidianas, como cozinhar ou cuidar do ambiente, fazer desporto ou ir almoçar fora, ajuda a criar um senso de pertença e comunidade.

d) Empatia e sensibilidade cultural

- Reconhecer e valorizar a história pessoal: Reconhecer as experiências anteriores e a cultura de origem das crianças e jovens é essencial. Mostrar respeito e interesse pela sua história pessoal fortalece o vínculo;
- Sensibilidade às experiências de trauma: Muitos jovens em acolhimento residencial têm histórias de trauma. É crucial que os profissionais recebam formação específica sobre as problemáticas do acolhimento residencial para lidar de forma adequada com as reações emocionais e comportamentais que possam surgir.

e) Promoção da autonomia e envolvimento

- Encorajar a participação nas decisões: Dar às crianças e jovens uma voz nas decisões que afetam as suas vidas, como a escolha de atividades ou a organização do espaço, fortalece a sua autonomia e contribui para a criação de vínculos;
- Promover a autoestima: Reconhecer e celebrar conquistas, por menores que sejam, ajuda a desenvolver a autoimagem positiva e fortalece o vínculo emocional com os cuidadores.

f) Apoio emocional contínuo

- Oferecer apoio psicológico: Disponibilizar apoio psicológico, se necessário, para ajudar a criança ou jovem a lidar com as suas emoções e traumas passados. Um acompanhamento contínuo pode ajudar a fortalecer o vínculo afetivo;
- Demonstrar cuidado e afeto: Pequenos gestos de carinho, como palavras de encorajamento, atenção individualizada e a criação de um ambiente acolhedor, contribuem para o desenvolvimento de laços afetivos.

g) Trabalho multidisciplinar

- Colaboração com psicólogos, assistentes sociais, animadores, educadores e professores: Trabalhar em conjunto com outros profissionais que conhecem a criança ou jovem pode fornecer uma visão mais ampla das necessidades e estratégias eficazes para a vinculação.
- Formação Contínua: Investir em formação contínua para os profissionais de acolhimento sobre técnicas de vinculação, abordagem ao trauma e desenvolvimento infantil é essencial para o sucesso do processo de integração das crianças e jovens...

h) Integração gradual na vida comunitária

- Envolvimento em atividades externas: Encorajar a participação em atividades fora do ambiente de acolhimento, como desportos, grupos de jovens ou atividades culturais, pode ajudar as crianças e jovens a sentir-se mais conectados ao mundo ao seu redor. Estas estratégias são fundamentais para a “normalização” da vida destes jovens;

- Fortalecimento de redes de apoio: Facilitar a manutenção de laços com figuras significativas externas (familiares, amigos) ou a criação de novas redes de apoio é importante para o senso de pertença e segurança.

O processo de vinculação emocional com crianças e jovens em acolhimento residencial exige uma abordagem cuidadosa, centrada no respeito, na estabilidade e no apoio emocional. As estratégias acima visam criar um ambiente no qual as crianças e jovens se possam sentir seguras, respeitadas e valorizadas, permitindo que os laços afetivos significativos se desenvolvam ao longo do tempo.

Outra questão relevante se pode levantar: Quando as crianças e jovens chegam ao acolhimento residencial aos 14, 15, 16 e 17 anos, o processo de vinculação é mais difícil e complexo. O sistema de promoção e proteção deve alterar procedimentos para inverter esta tendência? Sim, o sistema de promoção e proteção pode e deve considerar a adaptação de procedimentos específicos para lidar com as dificuldades e complexidades do processo de vinculação de adolescentes que chegam ao acolhimento residencial entre os 14 e 17 anos. Abaixo estão algumas propostas de alterações nos procedimentos que poderiam ser implementadas para melhorar a eficácia do sistema na criação de vínculos afetivos para esses jovens:

a) Avaliação individualizada e planeamento personalizado

- Avaliação psicológica inicial: Antes ou logo após a entrada no acolhimento, deve ser realizada uma avaliação psicológica detalhada para entender o histórico emocional e as necessidades individuais do jovem. Esta abordagem permitiria o desenvolvimento de um plano de intervenção personalizado, que consideraria fatores como experiências anteriores de trauma, relacionamentos familiares, e expectativas futuras;
- Planos de acolhimento flexíveis: Procedimentos padronizados devem ser adaptados para serem flexíveis e para responderem às necessidades específicas dos adolescentes, reconhecendo que um plano único pode não funcionar para todos.

b) Treino especializado para profissionais

- **Formação em desenvolvimento de adolescentes:** Os profissionais de acolhimento devem receber formação específica sobre as particularidades do desenvolvimento adolescente, incluindo a compreensão das dinâmicas de vinculação nesta fase, as mudanças emocionais e psicológicas típicas, e as melhores práticas para lidar com resistência ou desconfiança.
- **Treino em trauma e resiliência:** Capacitar os cuidadores com habilidades para trabalhar com jovens que apresentam comportamentos derivados de traumas anteriores. Esta abordagem pode incluir técnicas de regulação emocional e estratégias de construção de confiança e resiliência.

c) Criação de ambiente informal no acolhimento

- **Ambientes mais informais e abertos ao diálogo:** As CA devem ser ajustadas para criar ambientes que promovam a liberdade de expressão e a participação ativa dos jovens, podendo incluir reuniões regulares onde os jovens têm voz nas decisões do dia-a-dia, criando um senso de pertença e autonomia;
- **Programas de mentoria e apoio entre pares:** Implementar programas onde adolescentes mais velhos - que já passaram pelo sistema - podem atuar como mentores para novos acolhimentos, podendo ajudar a suavizar a transição e oferecer modelos de identificação positivos.

d) Promoção da autonomia e participação ativa

- **Envolvimento dos jovens na elaboração dos seus planos:** Incentivar os adolescentes a participarem ativamente na criação de seus próprios planos de vida, incluindo decisões sobre educação, carreira e relações familiares poderá ajudar a construir a autoestima e o sentimento de controlo sobre as suas vidas;
- **Incentivo à educação e formação profissional:** Aumentar o foco em programas educacionais e de formação profissional que sejam relevantes para os interesses e

habilidades dos jovens, ajudando-os a construir um caminho claro para a independência futura.

e) Reforço das conexões com a comunidade e família

- Programas de reintegração familiar: Quando possível e seguro, trabalhar na reconstrução de laços familiares de forma gradual e assistida, permitindo que os jovens mantenham conexões significativas com membros da família, mesmo que não estejam prontos para uma reintegração total;
- Fortalecimento das redes de apoio comunitário: Facilitar a participação dos jovens em atividades comunitárias, culturais e desportivas, fora do ambiente de acolhimento, pode permitir a construção de redes de apoio e criar uma noção de pertença à comunidade mais ampla.

f) Apoio continuado Pós-Acolhimento

- Programas de acompanhamento após a saída: Criar programas que ofereçam suporte contínuo para jovens que saem do acolhimento, garantindo que tenham acesso a recursos como aconselhamento, educação e apoio para a habitação, prevenindo a desestruturação e a falta de suporte que podem levar à exclusão social. Em Portugal existe uma IPSS (PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (ex) Acolhidos) com experiência nesta área, com sede em Coimbra e que conta com vários profissionais preparados para ajudar estes jovens.

g) Monitorização e avaliação contínua

- Monitorização de indicadores de sucesso de vinculação: Implementar sistemas de avaliação contínua para monitorizar o sucesso das estratégias de vinculação. Esta abordagem pode incluir o feedback direto dos jovens sobre as suas experiências e o ajuste das estratégias com base em resultados concretos;
- Pesquisa e adaptação de melhores práticas: Incorporar a pesquisa contínua sobre novas abordagens de acolhimento e vinculação, adaptando as melhores práticas internacionais ao contexto local.

Para inverter a tendência de dificuldades no processo de vinculação entre adolescentes e o ambiente de acolhimento residencial, o sistema de promoção e proteção precisa ser adaptado para atender às necessidades específicas desta faixa etária. Isso envolve a criação de ambientes mais adequados, a capacitação dos profissionais, a flexibilização dos procedimentos e o fortalecimento do apoio pós-acolhimento. Com essas alterações, é possível melhorar significativamente a experiência dos jovens no acolhimento residencial, facilitando uma vinculação mais saudável e duradoura.

De forma a refletir sobre algumas informações relevantes sobre as crianças e jovens acolhidas em Portugal faremos um resumo com base nos dados dos relatórios CASA, que incluem:

- Número de jovens acolhidos por ano, divididos por faixas etárias.
- Número de conflitos em cada ano.

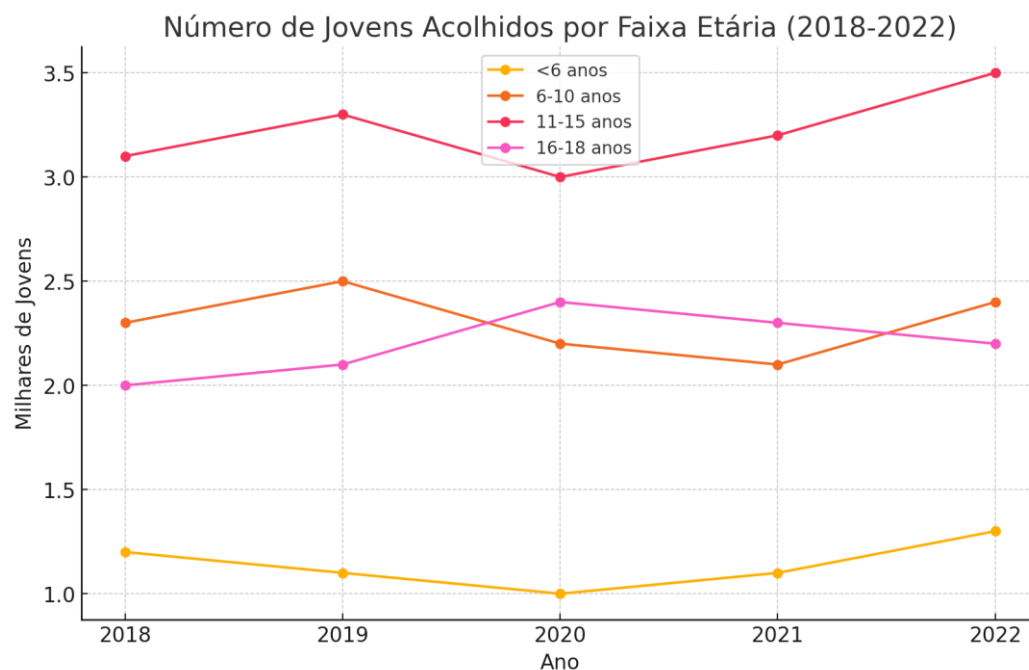
Número de jovens acolhidos por ano e faixas etárias

- Os relatórios indicam um número consistente de jovens acolhidos entre 2018 e 2022, com variações anuais de acordo com diferentes fatores socioeconómicos e legais.

Número de conflitos por ano

- Os conflitos também são um indicador relevante para entender a situação de acolhimento. Conflitos entre jovens ou entre jovens e funcionários das CA têm sido um fator determinante para o sucesso do acolhimento.

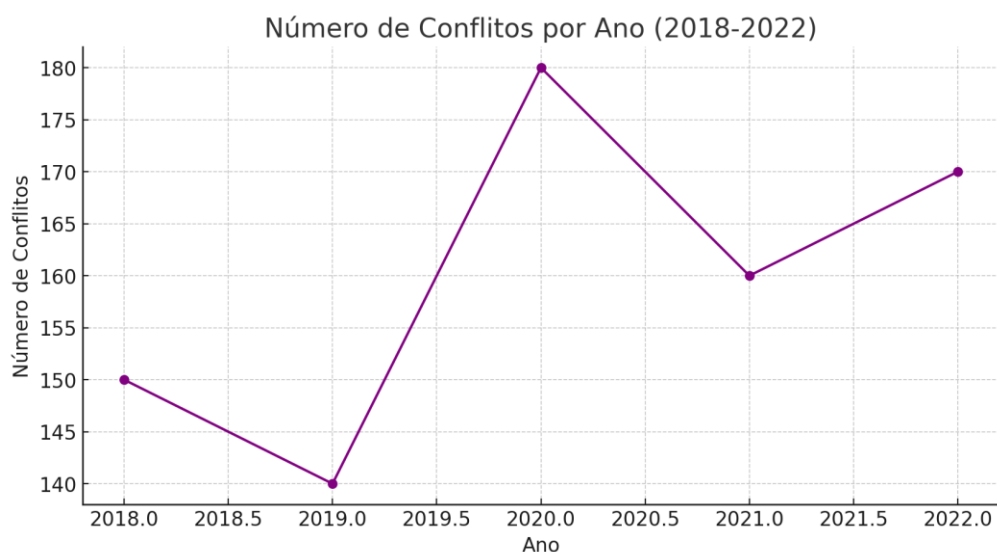
Gráfico n.º 1 – Jovens acolhidos por faixa etária no período 2018-2022



Fonte: Relatórios CASA de 2018 a 2022

O gráfico n.º 1 revela a tendência crescente dos jovens adolescentes acolhidos estarem na faixa etária a partir dos 15 anos, o que dificulta todo o processo de acolhimento, nomeadamente no processo de vinculação às figuras de referência. Gaspar (2016) refere, a este propósito que “o acompanhamento duradouro, contínuo e humanizado por parte dos cuidadores às crianças institucionalizadas reveste-se de enorme importância no estabelecimento de uma relação de confiança, tantas vezes abalada por sucessivos abandonos anteriores.”

Gráfico n.º 2 – Evolução do número de conflitos entre os anos de 2018 e 2022 nas casas de acolhimento em Portugal



Fonte: Relatórios CASA 2018-2022

O gráfico n.º 2 constata que o número de conflitos nas CA continua numa tendência crescente, tendo em consideração a complexidade do jovem acolhido, adolescentes a partir dos 15 anos e cada vez com maior complexidade na saúde mental.

Para analisar a relação entre a idade em que os jovens são acolhidos em CA e os comportamentos agressivos, é importante considerar os seguintes aspetos:

Idade de acolhimento e comportamentos agressivos:

- a) Os relatórios CASA (2020, 2021, 2022, 2023) indicam que a idade em que os jovens são acolhidos pode influenciar a manifestação de comportamentos agressivos. Geralmente, jovens que são acolhidos em idades mais avançadas, especialmente na adolescência, apresentam uma maior incidência de comportamentos agressivos e podem estar associados a experiências

traumáticas anteriores, dificuldades de adaptação ao novo ambiente, e problemas relacionados ao desenvolvimento social e emocional.

b) Comportamentos agressivos por faixa etária:

- Até aos 6 anos: Tendem a apresentar menos comportamentos agressivos, mas podem mostrar sinais de ansiedade, medo ou retraimento. Os comportamentos agressivos, quando ocorrem, geralmente são menos intensos e mais relacionados a frustrações imediatas;
- 6 a 10 anos: Podem começar a mostrar sinais de agressividade, especialmente em resposta a sentimentos de rejeição ou perda, embora ainda não seja tão comum quanto em adolescentes;
- 11 a 14 anos: Esta faixa etária mostra um aumento significativo de comportamentos agressivos. A adolescência é um período de grande mudança emocional e social, e a adaptação ao acolhimento pode ser difícil;
- 15 a 17 anos: Apresentam a maior taxa de comportamentos agressivos. A proximidade com a idade adulta, combinada com traumas anteriores e possíveis frustrações acumuladas, contribui para esse aumento.

c) Fatores associados:

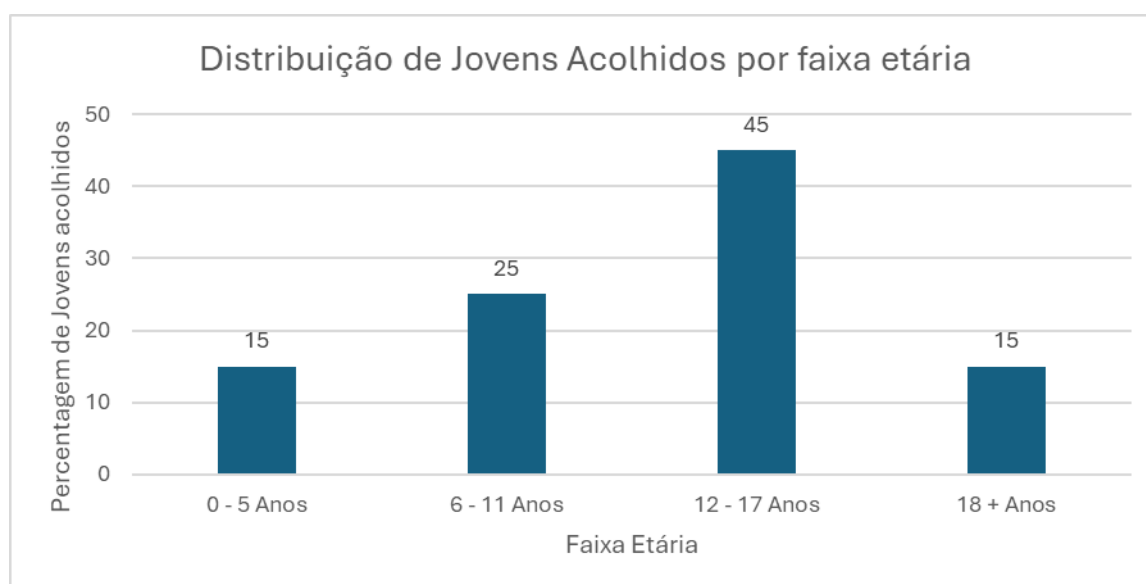
- Histórico pessoal: Traumas anteriores, como abuso ou negligência, influenciam diretamente o comportamento agressivo;
- Tempo de acolhimento: Jovens acolhidos por períodos mais longos podem desenvolver mecanismos de adaptação, o que pode reduzir a agressividade ao longo do tempo;
- Tipo de acolhimento: A qualidade do acolhimento, a formação dos profissionais e o ambiente psicossocial também desempenham um papel significativo.

O Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens de 2023, do Instituto de Segurança Social, Instituto Público (CASA 2023), disponibilizado pelo Instituto de Segurança Social, caracteriza o panorama das crianças e

jovens em acolhimento residencial e familiar. Este documento abrange dados sobre o perfil demográfico, a duração média de acolhimento, as razões para o acolhimento, e os desafios enfrentados, como os casos de fugas e conflitos nas instituições. Além disso, destaca tendências em relação à idade, género e antecedentes dos jovens, proporcionando uma visão detalhada do acolhimento em Portugal.

Descrevemos, em baixo, alguns gráficos relevantes sobre o acolhimento no ano de 2023:

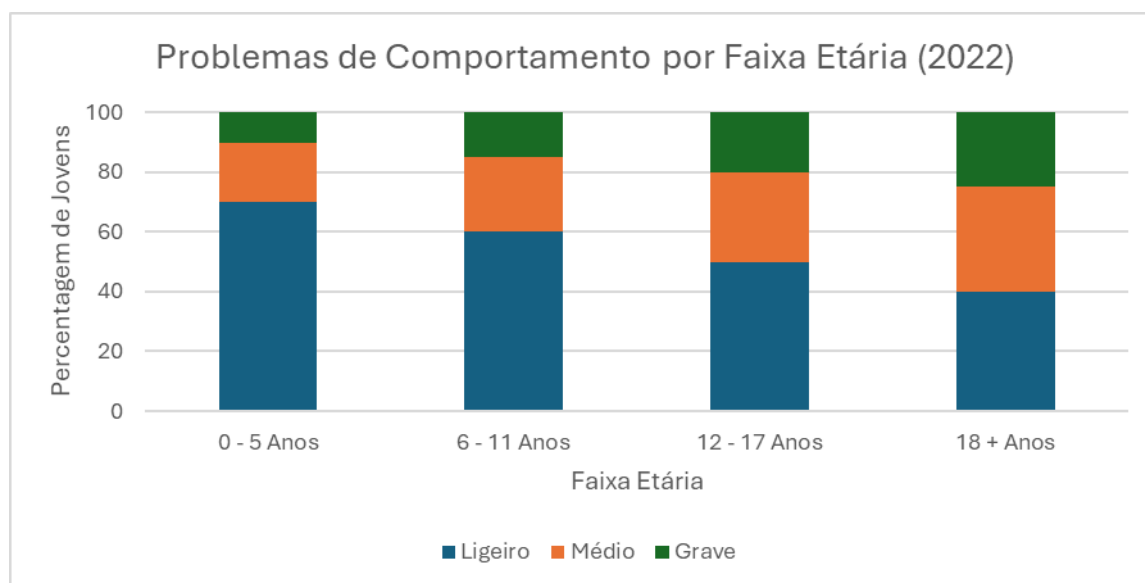
Gráfico n.º 3 – Distribuição dos jovens acolhidos em percentagem por faixa etária no acolhimento em 2023



Fonte: Adaptado do Relatório CASA 2023.

O gráfico n.º 3 confirma tendência dos anos anteriores e mantém-se a predominância dos jovens adolescentes nas casas de acolhimento.

Gráfico n.º 4 – Problemas de comportamento por faixa etária no ano de 2022



Fonte: Adaptado do Relatório CASA 2022.

O gráfico n.º 4 vem reforçar a tendência dos anos anteriores quanto à predominância dos problemas de comportamento nas idades mais avançadas nos jovens acolhidos.

1.6. Rede de entreaajuda – Autonomia de vida

“Alguns pensam que as pessoas constroem relações, porém eu penso que as relações constroem pessoas.”

K. Gergen

As redes de apoio sociais e pessoais de crianças e jovens em acolhimento residencial são fundamentais nos processos de (re) integração social. Num estudo de caracterização das redes pessoais de crianças e jovens em regime residencial em cinco instituições no norte do país, foram inquiridas 67 crianças e jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 8 e os 24 anos (Parente, et al, 2014, p.77), onde é referida:

“(a) relevância da família no universo pessoal das crianças e jovens acolhidos, constituindo o quadrante que congrega maior número de pessoas significativas (49,2%), fonte de uma variedade de apoios; (b) o valor atribuído aos amigos, que representam 34,1% da rede de apoio, protagonizando relacionamentos próximos, frequentes e multifuncionais; (c) a menor importância relativa aos adultos das instituições, enquanto figuras de referência configuradores do núcleo relacional significativo da maior parte dos participantes (11,5% das relações de suporte, ocupando o terceiro lugar no apoio emocional dos menores acolhidos).”

Este estudo dá-nos algumas pistas relativamente à perceção que estas crianças e jovens têm sobre a sua rede de apoio social, demonstrando que a família (quando existe) é sem dúvida o seu maior suporte (nem sempre de acordo com os valores transmitidos pela Instituição) e que os amigos são também um forte apoio social. As referências da instituição também são enunciadas pelos jovens como suporte social no pós-acolhimento, como não poderia deixar de ser.

Sabemos que as franjas da sociedade são normalmente votadas a esquecimento, passando à margem das principais preocupações da sociedade, principalmente por serem grupos pouco representativos. Gaspar (2014, pág. 45) refere ainda que:

“para estes menores, embora erradamente, a institucionalização costuma ser vista como um último recurso, pois a ideia de separar um filho dos progenitores e depositar a criança num “orfanato” é por si só assustadora. No entanto, não sendo desejável, é uma solução que acontecendo num Lar de Acolhimento funcional, pode mitigar o cariz negativo e até trazer benefícios, desde logo o corte com os maus-tratos e a convivência com pares, também ele vítimas e os vínculos que entre estes se podem estabelecer.”

No entanto, também sabemos que o número de crianças e jovens acolhidos em Portugal ainda é significativo e segundo o relatório CASA 2023 existem 6446 crianças acolhidas. Neste sentido surge a necessidade de encontrar estratégias para, quando estes jovens adquirirem competências de autonomia, poderem seguir a sua vida de forma “normal”, vivendo numa casa, tendo um emprego e podendo cumprir os seus sonhos.

Esta problemática tem surgido diariamente, tendo em conta que os jovens acolhidos aos 18 anos ou aos 21 até muito recentemente teriam que sair tendo em conta o término da medida de promoção e proteção. Foi com muito agrado que acompanhámos mais uma alteração à Lei de Promoção e Proteção que alterou a idade máxima do jovem acolhido até aos 25 anos, mediante um projeto de vida comprometido com a formação e educação.

Neste sentido e tendo em consideração a pertinência do tema, julgo ser importante investigar mais sobre esta temática da autonomia de vida dos jovens acolhidos, bem como o seu processo de treino de competências.

Capítulo 2 - A importância do processo de vinculação

“Só há aprendizagens significativas no quadro de relações significativas”

J. Comer

No contexto do acolhimento residencial de crianças e jovens, é fundamental compreender as representações e os modelos de vinculação que estão subjacentes aos seus comportamentos, para que a intervenção permita o desenvolvimento de relações saudáveis.

É comumente aceite que as problemáticas do acolhimento residencial emergem de vários fatores - estruturais e intrínsecos e/ou conjunturais e extrínsecos aos jovens. Importa compreender as relações que se estabelecem entre pares e com figuras de referência bem como a sua importância para o sucesso quer do acolhimento quer do processo de autonomia destes jovens e da sua transição e integração plena na sociedade.

A vinculação (Zegers, et al., 2006) parece ser um dos processos determinantes para a recuperação das crianças e jovens em acolhimento residencial. As experiências afetivas durante a infância revelam-se muito importantes para o desenvolvimento de qualquer jovem, nomeadamente no que concerne à segurança pessoal e autoconfiança (Matos & Costa, 1996).

O acolhimento ocorre sempre num momento de fragilidade emocional, consequência dos problemas vividos e, promovendo angústia e desespero, sendo muitas vezes relatado com revolta por viver afastado da família. No entanto, há bastantes casos em que a perspetiva sobre o acolhimento é bem diferente, nomeadamente com um jovem ex-acolhido que viveu cerca de 13 anos numa CA – “Era uma relação de fraternidade, criaram-se laços importantes, pessoas pelas quais tenho a maior consideração. Pessoas com quem passei o mais longo e melhor período da minha vida, era raro haver atritos relevantes entre utentes. Foi como ganhar uma nova família e novos irmãos.” (Gaspar, 2014, pág. 55). É, portanto, um dos pontos mais marcantes da vida dos jovens. Deste modo, deverá ser bem organizado pelas CA, para que nesse instante se inicie o processo de vinculação secundária, que, apesar de tardia, possa vir a ser uma vinculação segura. O medo da noite, a ausência dos familiares, os odores e os sons com os quais se familiarizaram, ou até, por vezes, a indiferença ou rotatividade dos cuidadores, contribuem para que a falta de contactos – presenciais e/ou telefónicos com a família, lamentavelmente não seja o único aspeto a marcar negativamente a sua passagem na casa de acolhimento (Gaspar, 2014). Importa referir que a medida de acolhimento residencial, não sendo desejável ou até uma solução de futuro para o jovem acolhido

“é uma solução que acontecendo num lar de acolhimento funcional, pode mitigar o cariz negativo e até trazer benefícios, desde logo o corte com os maus-tratos. A salutar convivência com pares, também eles vítimas e os vínculos que entre estes se podem estabelecer, são outro dos aspetos positivos.” (Gaspar, 2014, pág. 28).

A passagem pelo acolhimento residencial “não representa forçosamente uma transição negativa, pois os laços afetivos mantidos após a autonomização são responsáveis por muitos ex-

acolhidos apontarem o período de acolhimento como o melhor das suas vidas, por ter potenciado tais relacionamentos.” (Gaspar, 2014, pág. 112).

Que estratégias de treino de competências de autonomia de vida devem ser implementadas pelas equipas durante o acolhimento residencial quando recebem jovens entre os 15 e os 17 anos e o que fazer na transição para a vida profissional, de forma a conseguir que estes jovens tenham as mesmas oportunidades que qualquer outro jovem?

Parece evidente que as relações positivas entre jovens e cuidadores e entre os jovens e os seus pares, permitem criar uma rede de entreajuda durante o acolhimento que se poderá perpetuar para além deste. Na teoria da vinculação (Bowlby, 1969) é referido que as pessoas que nos estão mais próximas permitem-nos criar alguns referenciais humanos de comportamento, transmitindo-nos as perceções do bem e do mal, do correto e do incorreto, bem como as várias noções comportamentais. Esta teoria baseia-se na relação emocional entre duas ou mais pessoas, caracterizada pelo afeto mútuo e pelo desejo de se manter uma proximidade entre essas pessoas. Parece claro na literatura (Bowlby, 1969 e Ainsworth, 1989) que a pessoa ou cuidador que corresponde, de forma sensível, às solicitações das crianças e dos jovens, percorre o caminho recíproco da vinculação. Bowlby introduz a ideia inovadora de que a vinculação tem origem num conjunto de comportamentos inatos do ser humano, garantindo a proximidade física, a proteção e a sobrevivência da criança e do jovem a outro elemento cuidador.

Também a hierarquia de necessidades de Maslow pode ajudar a explicar alguns fenómenos comportamentais de crianças e de jovens em risco, nomeadamente as suas necessidades e motivações, os seus processos de desenvolvimento e de recuperação emocional. O conceito de necessidade é definido como um estado de desequilíbrio interno ao organismo, levando o indivíduo a agir com determinados objetivos, de forma a colmatar as necessidades entrando num estado de equilíbrio e bem-estar (Beck, 2004). Estas necessidades podem ser divididas em necessidades primárias ou fisiológicas e em necessidades secundárias ou psíquicas (Beck, 2004; Maslow, 1970). Esta distinção cartesiana, no entanto, não revela a perspectiva holística do Homem e, como tal, começa a ser substituída pela ideia de que todas as necessidades são fundamentais ao funcionamento e desenvolvimento saudável do indivíduo, logo, todas seriam essenciais (Abreu, 1998, citado por Martins, 2004). Parece então claro que, o domínio do modelo físico-químico de necessidade (Martins, 2004), oculta explicações de cariz funcional, com elevado grau de complexidade.

Vários dados empíricos caminham no sentido da indispensabilidade das relações interpessoais e no sentido do desenvolvimento psicológico holístico, com especial ênfase nas relações de afeto privilegiadas nos primeiros anos de vida.

À semelhança das relações interpessoais, existem outros fatores que determinam o desenvolvimento precoce, como referem Emde e Robinson (2000), que salientam cinco tipos básicos ou modos fundamentais do desenvolvimento, geradores de necessidades contínuas ao longo da vida, como cita Martins (2004, pág.68)

- “• a atividade de exploração e descoberta do mundo envolvente, que propicie experiências adequadas ao nível desenvolvimental e à singularidade de cada criança;
- a auto-regulação, que permite a regulação biofisiológica e comportamental. A regulação externa do sistema comunicacional no quadro de relações de afecto privilegiadas contribui decisivamente para a regulação interna: organiza as dimensões cognitiva, afectiva e comportamental mediante o estabelecimento coerente de limites e possibilidades, que determina espaços de segurança e protecção essenciais para viver e crescer;
- a adaptação social, que possibilita iniciar, manter e terminar relações;
- o controlo afectivo da experiência com base em critérios hedonistas, de obtenção do prazer e evitamento do desprazer;
- a assimilação cognitiva, como tendência de incorporação e apropriação do novo.”

As necessidades de segurança, de apoio à saúde, de interações positivas com adultos de confiança, de oportunidades de exploração e de exercício holístico, de amor e de afeto, são sentidas por todas as crianças e jovens e mostram-se relevantes no seu desenvolvimento.

A bibliografia referida reforça a existência de uma relação causa efeito entre um bom processo de vinculação e um desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens, sendo este processo mais relevante nas crianças e jovens em acolhimento residencial.

Os fatores de risco e de proteção são também fenómenos que influenciam a vinculação de crianças e jovens nas CA, tendo em consideração o facto destas casas e dos seus cuidadores lhes proporcionarem as condições de segurança e estabilidade que não tinham nas suas casas de origem. As crianças e jovens ao perceberem que a casa de acolhimento lhes garante as condições de saúde (assistência médica e medicamentosa, higiene...), a alimentação diária (pelo menos cinco refeições por dia), a possibilidade de estudar e simultaneamente ter um maior apoio ao estudo, a segurança e proteção, inevitavelmente, reconhecem a importância do acolhimento residencial nas suas vidas. Fruto de uma má gestão emocional, e por vezes acompanhado de alguma revolta, este reconhecimento nem sempre surge nos primeiros momentos do acolhimento. No entanto, e reportando-nos à teoria da motivação e das necessidades (Maslow, 1954), os jovens após lhes serem garantidas as suas necessidades fisiológicas, iniciam uma nova fase de crescimento e desenvolvimento, passando a sentir a falta da afiliação, das principais necessidades afiliativas (Gaspar, 2014) como a vinculação, integração social, certeza restabelecida de valor, sentimento de aliança consistente, obtenção de encaminhamento e oportunidade de educação. Referindo-nos às crianças e jovens acolhidas quando estas sentem que estão satisfeitas as suas necessidades biofisiológicas, progridem para uma fase que poderá ser chamada de pré-vinculação pois, ao sentirem que os cuidadores lhes estão a proporcionar a já referida satisfação das suas necessidades, assumem uma atitude progressiva e o processo de vinculação começa a assumir o seu relevo.

No que respeita ao período para o desenvolvimento da primeira relação de vinculação, denominada de primária, Bowlby reconhece que este período se estende pela primeira década de vida, verificando-se uma maior dificuldade à medida que a criança cresce. Quando chegam ao acolhimento residencial, com idades próximas da maioridade, o processo da vinculação às figuras de referência/cuidadores destas instituições é agravado pelos fatores de risco como a negligência e os maus-tratos já vividos anteriormente, e sobretudo devido à vinculação primária ter sido de tipo inseguro e desorganizado. Os jovens em acolhimento residencial estão, naturalmente, muito sensíveis, frágeis e, após a integração nestas casas, precisam de alguém que os ouça, que os compreenda, que lhes dê conselhos. Sabemos através da vasta bibliografia existente que o relacionamento treinador-jogador, professor-aluno ou cuidador-jovem pode assumir uma importância crescente, tendo em consideração que são relações ativas, cuidadoras e orientadoras,

relações de base segura (Ainsworth, 1989) que sustentam o suporte motivacional para a reflexão e ação.

A teoria da vinculação e desenvolvimento infantil sustentada por Bowlby (1988), descreve como as crianças formam laços emocionais com os seus cuidadores principais. A sua obra destaca a importância de uma vinculação segura na infância para o desenvolvimento emocional e psicológico saudável. Esta teoria é fundamental para entender a razão pela qual as crianças mais jovens tendem a formar vínculos emocionais mais facilmente em ambientes de acolhimento.

Ainsworth, et al. (2015) propôs vários tipos de vinculação segura, insegura de tipo ambivalente, evitante e desorganizado. Mary Ainsworth, colaboradora de Bowlby, expandiu a Teoria da Vinculação com a sua pesquisa sobre padrões de vinculação, mostrando como diferentes tipos de vinculação se formam e como eles influenciam o desenvolvimento subsequente. A sua pesquisa fornece uma base para entender a dificuldade de formação de vínculos em crianças mais velhas e adolescentes.

2.1 Figuras de referência

A literatura evidencia que as relações entre os jovens e outros adultos cuidadores que se podem considerar as figuras de referência, são vistas como um prolongamento das relações parentais (Davis, 2003), sendo essa relação mais acentuada no acolhimento residencial, tendo em consideração que as figuras de referência se tornam figuras ativas e fundamentais no processo de regulação emocional e de integração psicossocial, promovendo as competências das crianças e dos jovens. Sabemos que a relação com as figuras que os rodeiam é crucial, sendo a relação com o professor, com o treinador e, principalmente, com o cuidador mais próximo, exemplos disso, pois os jovens passam muito do seu tempo na escola, algum nos treinos e muito mais na CA. A desmistificação de preconceitos criados em torno destes jovens passa muitas vezes pelo trabalho que este adulto de referência realiza. Sempre que esta figura tem disponibilidade e capacidade de escuta, os jovens sentem-se mais seguros e recetivos a uma ligação futura mais vinculativa, apelando aos sentimentos do jovem numa atitude empática, realizando “um trabalho de ensino por

dentro e por fora” (Amado, et al, 2003). A identificação afetiva com estas figuras é relevante para todo o processo de desenvolvimento dos projetos de vida.

As ligações de proximidade e afeto podem ocorrer com o professor da escola, de música, de desporto ou mesmo com os cuidadores da casa de acolhimento. As relações estabelecidas nestes contextos podem alcançar a satisfação em muitas das dimensões vinculativas necessárias, conferindo ao jovem uma maior sensação de confiança. Estas relações com os adultos de referência podem fomentar a sua integração nos vários contextos, reforçando o sentimento de pertença e desenvolvendo-lhe a resiliência.

De forma particular, a relação criada com os cuidadores das CA desempenha um papel central na vida destas crianças e destes jovens, tendo em conta que esses adultos assumem verdadeiros papéis orientadores, protegendo-os e acarinhando-os, sendo muitas vezes os seus modelos identificatórios. A qualidade do acolhimento residencial tem vindo a ultrapassar algumas falsas crenças e tem assumido a sua verdadeira função: criar um ambiente o mais aproximado possível do ambiente familiar saudável, não o substituindo, mas potenciando uma intervenção personalizada.

Hawkins-Rodgers (2007) apresenta um programa de reorganização do comportamento vincutivo e da elaboração do processo da resiliência nos adolescentes acolhidos tendo por base a intervenção realizada pelos cuidadores das CA. Assim, a promoção da resiliência bem como o desenvolvimento de competências sociais proporcionam aos adolescentes a possibilidade de desenvolver relações duradouras, denotando e experimentando respostas empáticas face às situações traumáticas, enquanto aprendem estratégias de *coping*. Estes cuidadores representavam figuras que trabalhavam na reorganização interna das vias de vinculação dos jovens, moderando os comportamentos e proporcionando o que a autora designou de “intervenções de ensino terapêutico”. Estas intervenções centravam-se na transmissão de segurança para explorar novos comportamentos de vinculação de forma a aumentar a resiliência. A relação com os cuidadores das CA revelava, desta forma, um esforço contínuo no sentido de uma mudança de vida significativa e positiva dos adolescentes, de modo a promoverem um maior ajustamento.

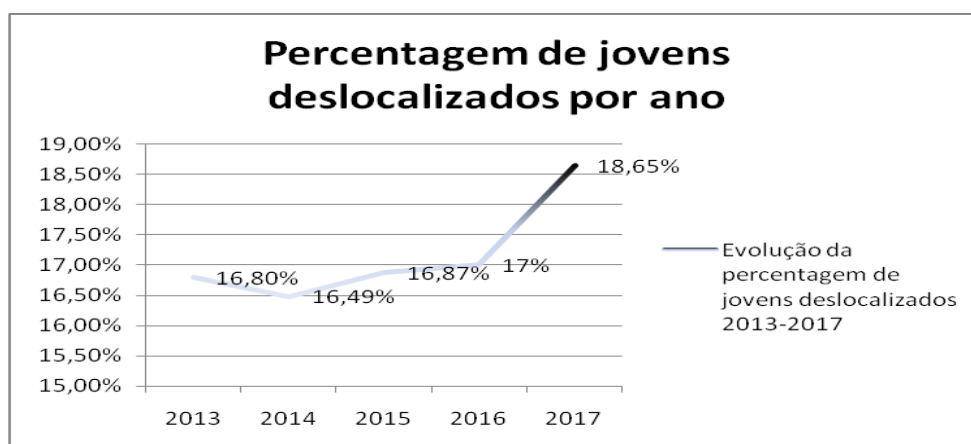
2.2 Perfil do jovem acolhido em Portugal

As crianças e jovens que chegam às CA transportam consigo uma história de vida na maioria das vezes marcada por roturas familiares, descontinuidades e desestruturação emocional. O dia do acolhimento é um dia, inevitavelmente, marcante. Do dia do acolhimento, estes jovens recordam quem os recebeu, a forma como foram recebidos pelos cuidadores e pelos pares, o que vestiam, entre muitas recordações que, em muitos casos, teimam em não desaparecer e, piorando o estado emocional, relacional e comportamental dos jovens, convivem negativamente com eles diariamente e num *continuum*.

A história de vida destes jovens deve ser respeitada por toda a equipa que intervém dentro da casa de acolhimento, pois só assim será possível aplicar intencionalidade reparadora. Neste processo existem vários fatores que podem decidir o sucesso do acolhimento, falamos desde logo e como fator deveras importante e determinante, a idade com que são acolhidos, nomeadamente quando são adolescentes, tendo em conta a complexidade deste estágio de desenvolvimento. Outro fator determinante é a deslocalização, isto é, os jovens que são acolhidos fora do seu distrito de residência habitual.

No período compreendido entre 2013 e 2017, analisando os relatórios CASA, estes evidenciam a tendência para a deslocalização dos jovens do distrito do seu agregado de origem (gráfico n.º5), o que também poderá concorrer, para uma maior dificuldade na sua integração nas CA.

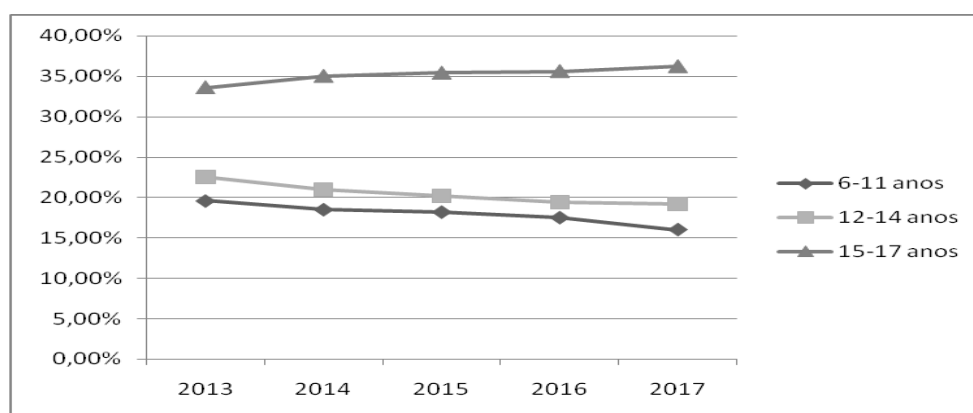
Gráfico n.º 5 - Jovens deslocados do distrito do seu agregado de origem



Fonte: Relatórios CASA (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017)

No gráfico n.º 6 é visível o aumento percentual dos jovens em acolhimento nas faixas etárias de 15 a 17 anos, o que nos leva a concluir que os jovens começam a chegar cada vez mais tarde às casas de acolhimento.

Gráfico n.º 6 - Faixa etária dos jovens acolhidos por ano (2013-2017)

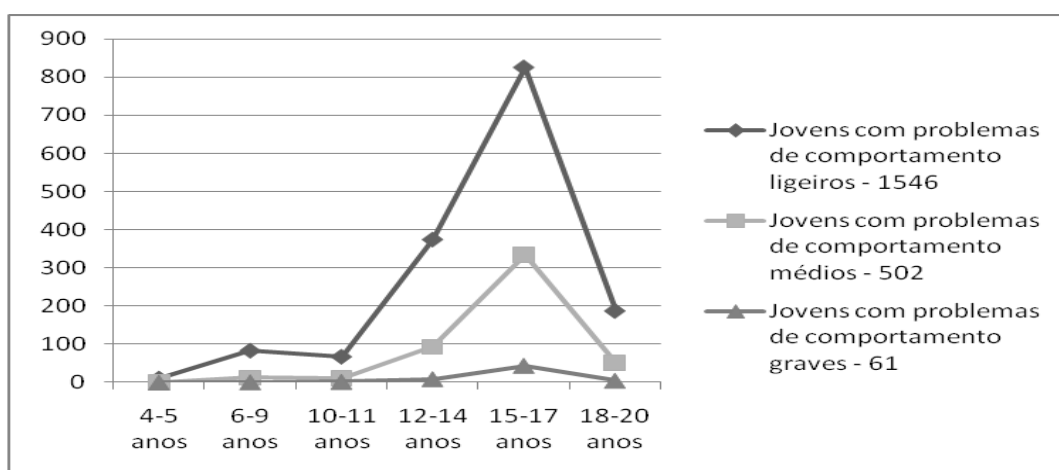


Fonte: Relatórios CASA 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017

É sabido que durante a adolescência a vinculação dos jovens com os seus pais ou cuidadores vai sendo substituída pela relação com os pares, sobretudo colegas de escola. O gráfico 6 remete-nos para reflexão sobre a importância da vinculação na regulação emocional do indivíduo, para a cada vez maior dificuldade na intervenção com jovens acolhidos perto da maioridade, além da relação causa-efeito da ausência de vinculação e o aparecimento de várias perturbações, como as reativas de vinculação (Silva, 2014).

Recorrendo ainda aos Relatórios CASA, nomeadamente ao relatório CASA 2017, podemos analisar no âmbito do perfil do jovem em acolhimento, as suas características particulares. Neste caso é referido que 4582 crianças e jovens são identificadas como tendo algumas características particulares, onde se destacam os problemas de comportamento com 46%, isto é, 2109 crianças e jovens que estão acolhidas têm problemas de comportamento.

Gráfico n.º 7 - Jovens com problemas de comportamento ligeiros, médios e graves no ano de 2017.



Fonte: Relatórios CASA 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017

No gráfico n.º 7 podemos analisar estes dados e perceber que a faixa etária que mais evidencia os problemas de comportamento é a adolescência (15-17 anos) onde se encontravam 1204 jovens, o que equivale a 57%, seguida da faixa etária dos 12 aos 14 anos com 477 jovens a demonstrarem comportamentos desviantes (22,6% do total de 2109).

Os dados do gráfico nº 7, demonstram que os problemas de comportamento são mais evidentes a partir dos 12 anos e que a sua maior incidência é na faixa etária dos 15-17 anos.

Segunda Parte – Estudo Empírico

Capítulo 3 - Método

3.1 Participantes

Participaram neste estudo 16 adolescentes, em que 12 estavam em acolhimento residencial numa cidade do Alto Alentejo e 4 tinham saído recentemente para autonomia de vida (8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino) com idades entre os 14 e os 21 anos de idade, a frequentar vários níveis de escolaridade situados entre o 7.º ano do Ensino Básico e 12.º ano do Ensino Secundário. Participaram ainda 9 jovens com idades compreendidas entre os 17 e os 24 anos que já haviam saído da instituição de acolhimento residencial (7 do sexo masculino e 2 do sexo feminino). Como refere Gonçalves et al (2022) os participantes são os sujeitos que têm as significações pretendidas quando são definidos os objetivos do estudo.

3.2 Instrumentos

Foram produzidos dois questionários, bem como os seus procedimentos de administração (Poupa, 2003) que tiveram como objetivo a obtenção de dados para a presente investigação.

Um questionário em papel, com uma questão aberta e oito fechadas (organizadas em três grandes grupos de questões que refletem os períodos antes, durante e após o acolhimento, com a respectiva perceção em cada fase sobre as figuras de referência destes jovens).

O questionário implementado incluí nove questões divididas em três grandes grupos. A saber: Antes, durante e após o acolhimento. A criação destas três fases pretende perceber quem foram/são as figuras de referência destes jovens, as alterações ao longo do percurso e o impacto dessa vinculação tendo em consideração o tempo de acolhimento, bem como o tempo que os jovens demoraram a criar esses vínculos.

Para além da questão da vinculação urge também compreender toda esta problemática da autonomia de vida de jovens residentes em CA. Como tal foi elaborado outro questionário com 6 questões abertas e 3 fechadas sobre a questão do processo de autonomia de vida. Estas questões visam perceber quais as dificuldades que os jovens enfrentaram após a saída da casa de acolhimento para compreender que estratégias de treino de competências de autonomia de vida devem ser implementadas pelas equipas durante o acolhimento residencial e o que fazer na transição para a vida profissional, de forma a conseguir que estes jovens tenham as mesmas oportunidades que qualquer outro jovem.

Foi feita a análise de conteúdo de forma rigorosa, válida e fiável como nos sugere Esteves (2006).

3.3 Procedimento

Os dois questionários foram aplicados entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, tendo sido garantida a confidencialidade e a participação voluntária, após consentimento informado escrito, tendo sido seguidos os procedimentos sugeridos no código de ética do IPP para a investigação com seres humanos. Código de ética do IPP (2021).

Os dados qualitativos foram objeto de uma análise de conteúdo e os dados quantitativos foram objeto de uma análise de frequências.

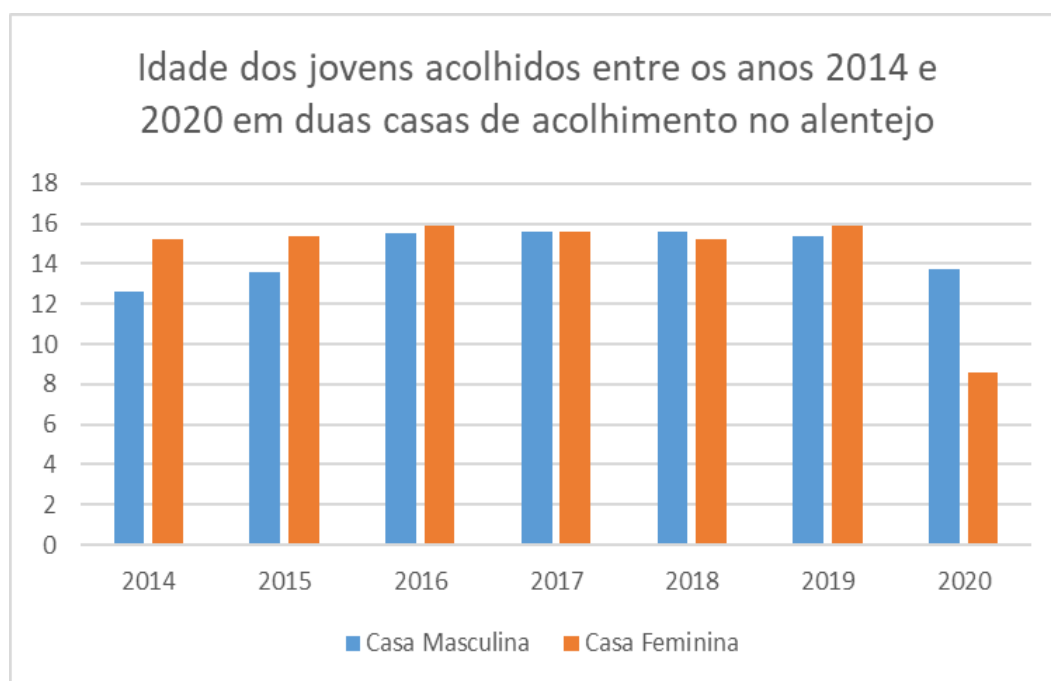
Os questionários foram definidos de acordo com os objetivos pretendidos e como refere Hill e Hill (2002) com um plano porque, como sabemos, para conseguirmos um bom questionário, é necessário planeamento.

Capítulo 4 - Apresentação de resultados

Apresentam-se em seguida alguns dados sobre duas CA situadas no Alto Alentejo, nomeadamente aquelas onde estavam ou estiveram acolhidos os jovens que responderam aos questionários. Assim o gráfico n.º 8 apresenta as idades, e o sexo das crianças e jovens, que foram acolhidos nestas duas casas, entre 2014 e 2020.

Perfil do jovem acolhido em duas casas de acolhimento no Alto Alentejo no período 2014-2020

Gráfico N.º 8 – Relação das idades dos jovens acolhidos



Legenda: Idade dos jovens acolhidos entre os anos de 2014 e 2020 em duas CA no Alto Alentejo. Média de idades neste período foi de – 14,55 anos.

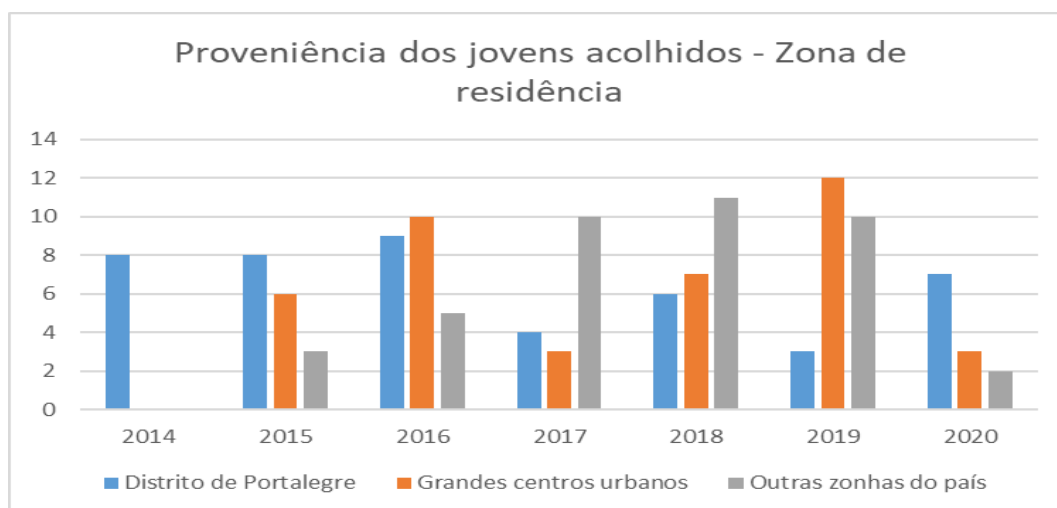
Fonte: Informações recolhidas nas duas casas de acolhidos do Alto Alentejo

No gráfico n.º 8 podemos analisar que os jovens acolhidos têm, em média, cerca de 15 anos, o que nos permite refletir sobre a complexidade da sua integração nas CA, tendo em consideração que alguns jovens chegam com 16 e 17 anos, praticamente na fase de saída. A literatura tende a confirmar que ao longo dos anos as crianças ou jovens avaliam “menos bem o acolhimento residencial à medida que crescem” (Del Valle, 2001). Outros autores referem que “quando a idade da criança acolhida é maior, a satisfação com o acolhimento tende a ser pior devido à acumulação de experiências adversas no contexto natural de vida” (e.g.: Cruz, 2011) e porque “os adolescentes mais velhos sentem maior dificuldade de adaptação a um novo contexto de vida, à organização e à interiorização de regras que a vida em AR impõe” (Martin, 2012, citado por Rodrigues, 2018, pág.85).

Segundo o relatório Casa 2023, estes jovens chegam às CA com relações de vinculação mais inseguras, o que dificulta também as futuras relações com os cuidadores das CA, tendo em consideração que poderão ser jovens adolescentes mais inseguros nos afetos, são mais impulsivos, preocupados, criando laços desestruturados com os outros...

Em seguida apresenta-se o gráfico 9 que indica a origem dos acolhidos nas duas CA, de 2014 até 2020.

Gráfico n.º 9 – Zona de proveniência do jovem acolhidos entre 2014 e 2020

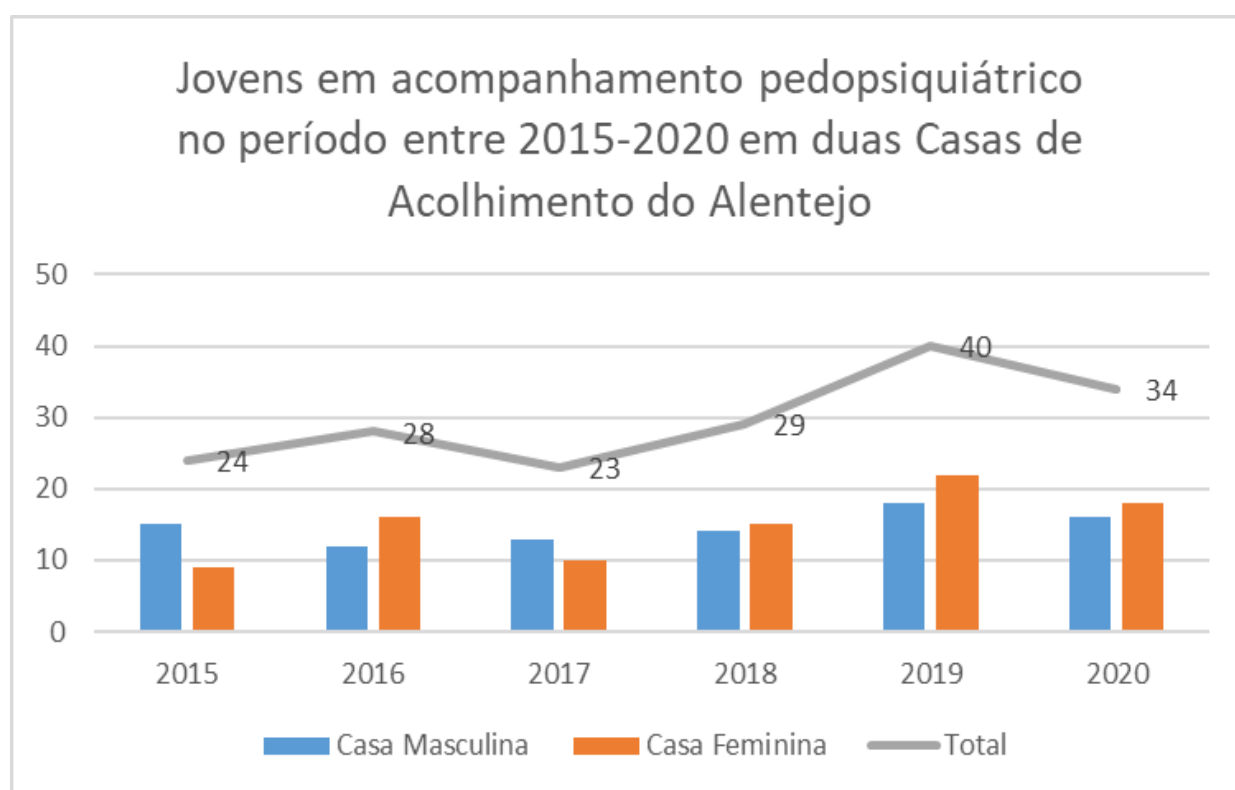


Fonte: Informação retirada da documentação oficial do acolhimento. CASA 2014-2020

No gráfico n.º 9 percebemos que ao longo dos anos foram chegando jovens provenientes dos grandes centros urbanos e de outras zonas do país, nomeadamente das ilhas, o que inevitavelmente criou uma enorme complexidade nestes acolhimentos, bem como enormes desafios aos cuidadores, dificultando o processo de vinculação destes jovens à casa de acolhimento.

O gráfico n.º 10 apresenta a relação dos jovens em acompanhamento pedopsiquiátrico durante o período de 2015 a 2020 nas CA do Alto Alentejo onde foram inquiridos os vários jovens para este trabalho.

Gráfico n.º 10 – Jovens em acompanhamento pedopsiquiátrico no período 2015-2020



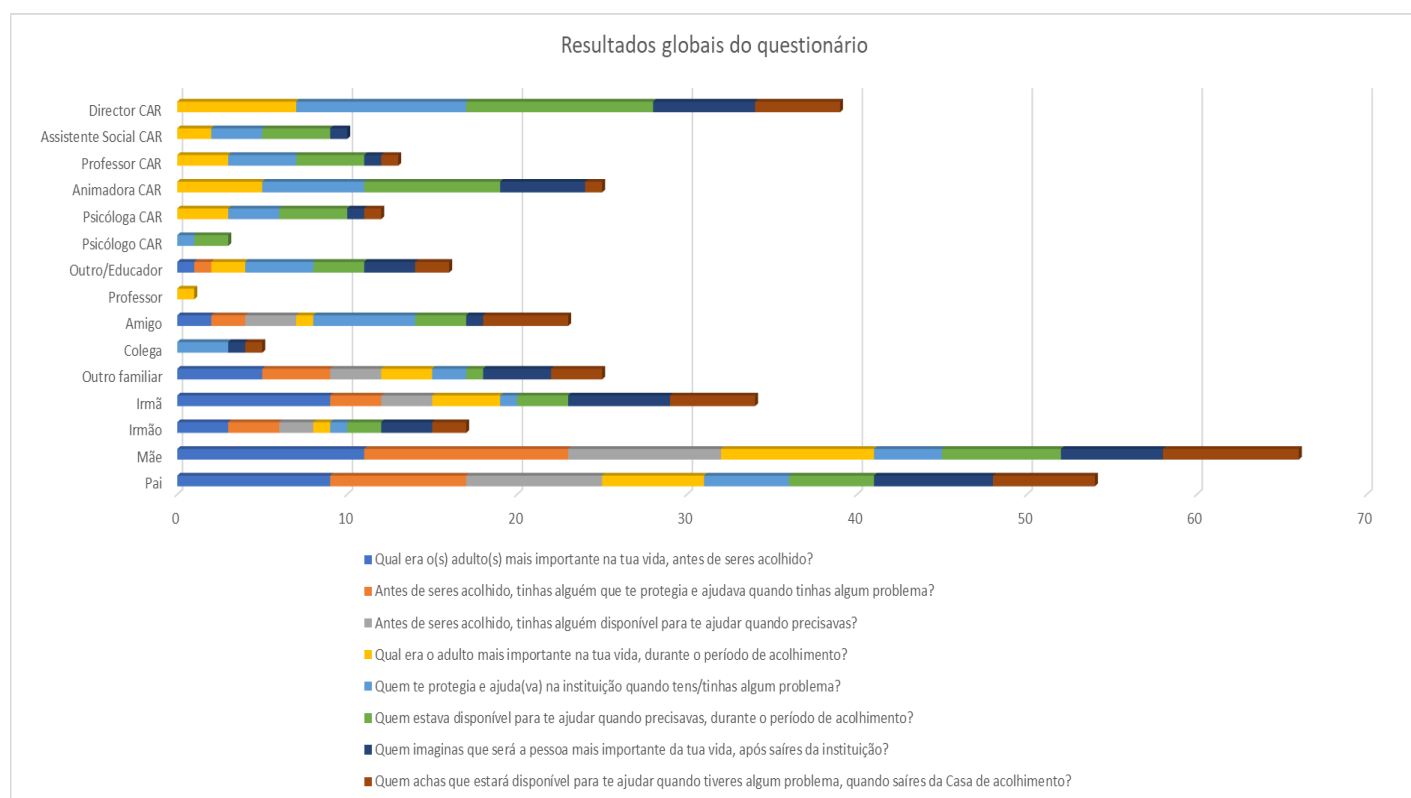
Fonte: Informações recolhidas nas duas casas de acolhidos do Alto Alentejo

O gráfico n.º 10 permite verificar que, quase metade dos acolhidos tem acompanhamento pedopsiquiátrico, refletindo a problemática da saúde mental nas CA, que cada vez mais é um fator que contribui para a instabilidade dos jovens, e como consequência,

um fator acrescido de desafios e dificuldades com que os técnicos e cuidadores das CA têm de lidar.

O gráfico n.º 11 apresenta-se como um resumo de todas as respostas dadas pelos jovens a todas as perguntas, sendo de realçar a importância dada aos pais e irmãos antes, durante e após o acolhimento. Ainda de referir que alguns cuidadores das CA mereceram destaque nas respostas dos jovens, nomeadamente o Diretor e a Animadora.

Gráfico n.º 11 – Resultados Globais do Questionário



Fonte: Elaboração do próprio

No gráfico n.º 11 podemos analisar os resultados globais do questionário, que permitem constatar que os jovens consideram os progenitores as principais figuras de referência, seguidos dos irmãos e posteriormente o Diretor e a Animadora das CA, bem como outros familiares e outros cuidadores. Os progenitores, por mais negligentes ou maltratantes

que sejam, são considerados as figuras principais para estes jovens, porém os vários cuidadores das CA assumem um papel muito relevante nas suas vidas.

4.1 Figuras de vinculação/referência antes do acolhimento

Neste grupo foram definidas três questões relevantes, de forma a conseguirmos perceber as figuras de referência antes do acolhimento, que passo a descrever:

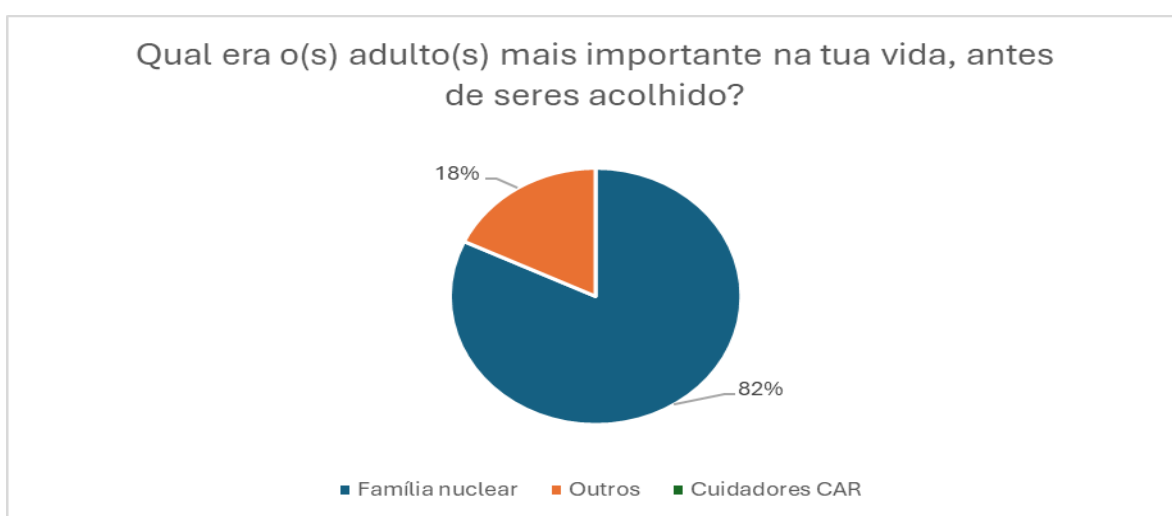
P2: Qual era o(s) adulto(s) mais importante na tua vida, antes de seres acolhido?

P3: Antes de seres acolhido, tinhas alguém que te protegia e ajudava quando tinhas algum problema?

P4: Antes de seres acolhido, tinhas alguém disponível para te ajudar quando precisavas?

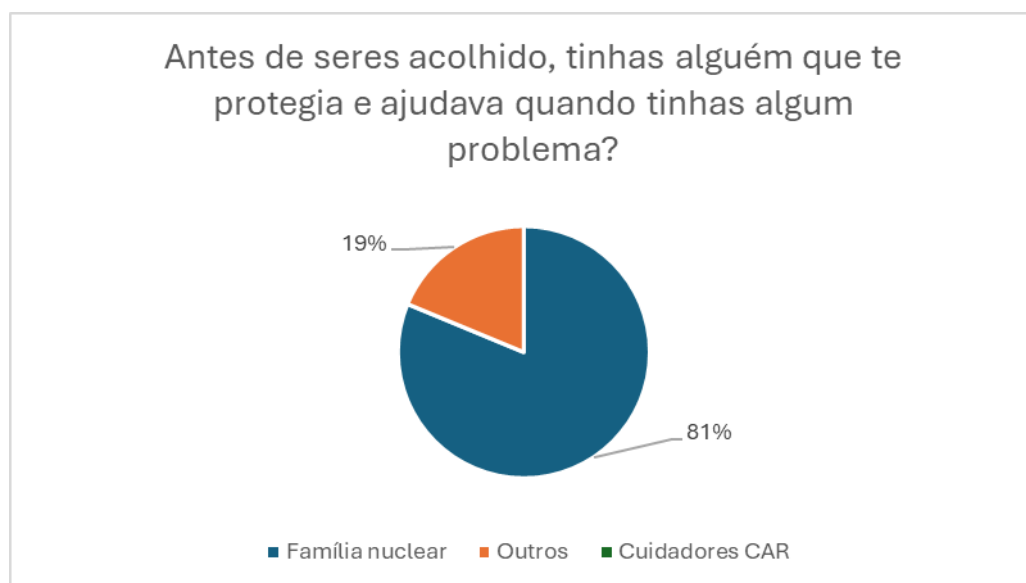
Nos gráficos n.º 12, n.º 13 e n.º 14 apresentam-se as respostas dos jovens à questão sobre qual ou quais os adultos mais importantes na sua vida antes do acolhimento residencial, sobre quem os protegia, ajudava e estava disponível para os ajudar antes de ser acolhido. A análise dos gráficos permite concluir que os adultos mais referenciados pelos jovens foram por ordem de frequência: a mãe, o pai, uma irmã. Recebendo estes parentes próximos cerca de um quarto das respostas. Foram ainda mencionados por alguns jovens: um educador/professor, um irmão ou um amigo, embora em percentagem bastante menor que os parentes próximos atrás referidos.

Gráfico n.º 12 – Adultos importantes identificados pelos jovens antes do acolhimento (n=16)



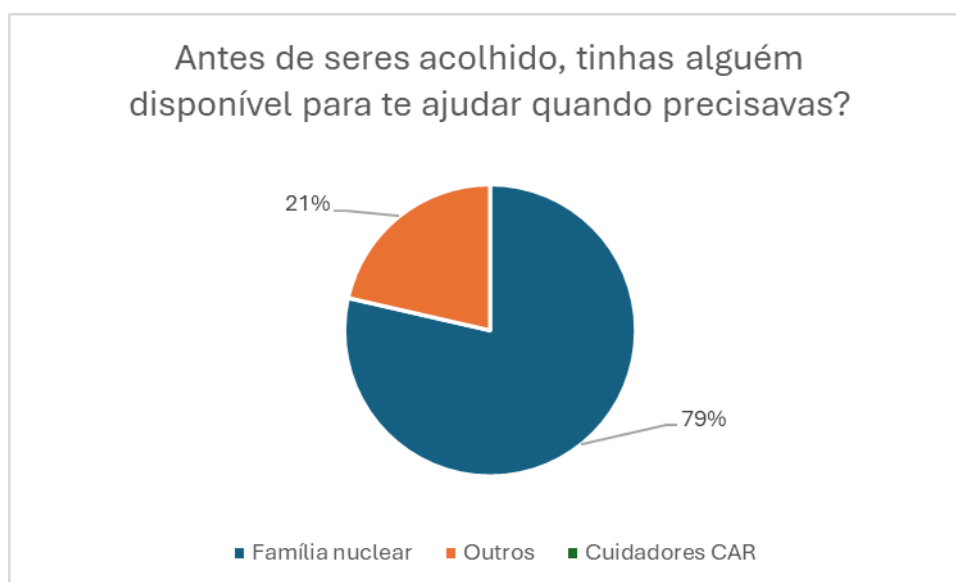
Fonte: Elaboração do próprio

Gráfico n.º 13– Quem te protegia e ajudava quando tinhas um problema (n=16)



Fonte: Elaboração do próprio

Gráfico n.º 14 – Antes de seres acolhidos quem estava disponível para te ajudar quando precisavas?



Fonte: Elaboração do próprio

4.2 Figuras de vinculação/referência durante o acolhimento

Neste grupo foram definidas as seguintes questões a colocar aos jovens:

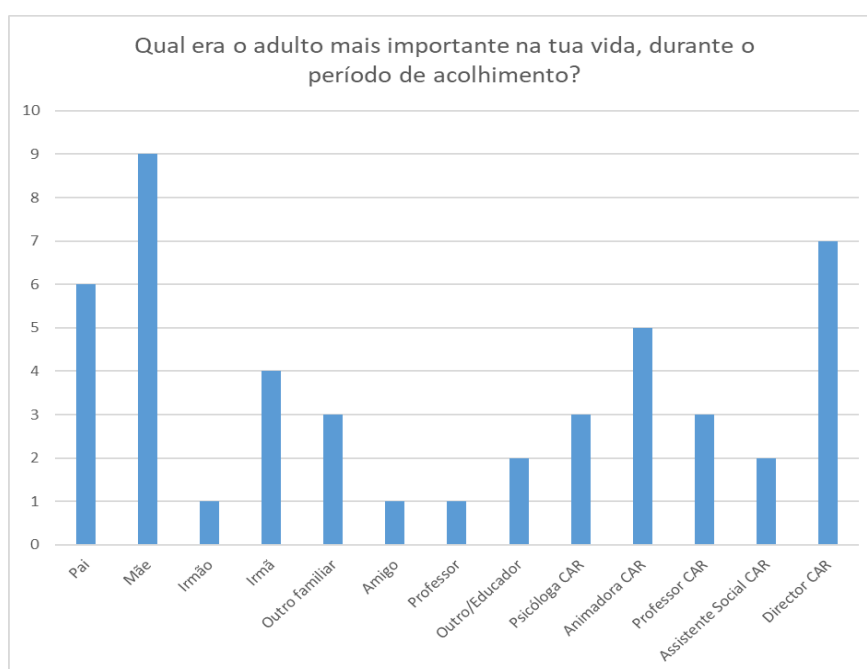
P5: Qual era o adulto mais importante na tua vida, durante o período de acolhimento?

P6: Quem te protegia e ajuda(va) na instituição quando tens/tinhas algum problema?

P7: Quem estava disponível para te ajudar quando precisavas, durante o período de acolhimento?

No gráfico n.º 15 pode-se concluir que os jovens valorizavam muito os seus familiares, no entanto começam a referir a importância dos cuidadores das CA nas suas vidas

Gráfico n.º 15 – Qual era o adulto mais importante durante o período do acolhimento?

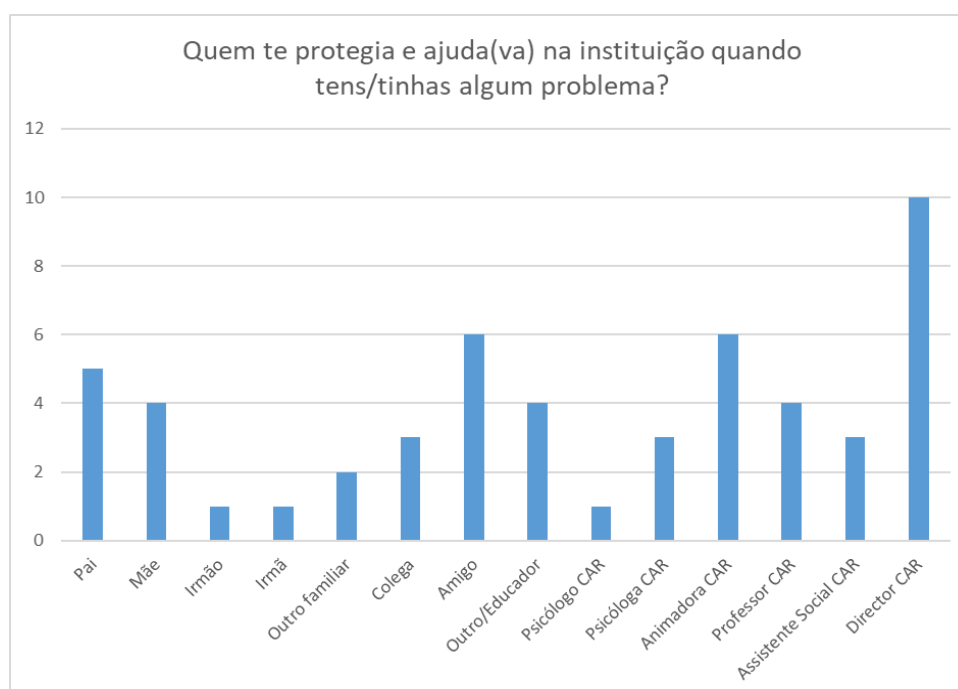


Fonte: Elaboração do próprio

No gráfico n.º 16 podemos perceber que os jovens valorizavam bastante alguns cuidadores das CA, nomeadamente o Director e a Animadora, bem como alguns amigos que

fizeram nas casas de acolhimento. Contudo os pais continuam a ser os mais referidos pelos jovens, dado que apesar de não terem exercido as suas responsabilidades parentais de modo pleno, houve vínculos que se estabeleceram entre pais e filhos e que para alguns permaneceram.

Gráfico n.º 16



Fonte: Elaboração do próprio

No gráfico n.º 17 podemos perceber que os cuidadores das CA são as principais referências para resolver alguns problemas quando havia necessidade de serem ajudados. Contudo uma minoria ainda refere os pais, irmãos ou outro familiar, como aquele que ajuda em caso de necessidade.

Gráfico n.º 17



Fonte: Elaboração do próprio

4.3 Figuras de vinculação/referência após o acolhimento

Neste grupo foram definidas as seguintes questões a colocar aos jovens:

P8: Quem imaginas que será a pessoa mais importante da tua vida, após saíres da instituição?

P9: Quem achas que estará disponível para te ajudar quando tiveres algum problema, quando saíres da Casa de acolhimento?

Nos gráficos n.º 18 e 19 os jovens começavam a projetar-se fora das CA e começam a aparecer as referências principais aos familiares (Pai, Mãe, Irmãos), no entanto ainda referem com alguma consistência o Diretor e a Animadora das CA.

Gráfico n.º 18



Fonte: Elaboração do próprio

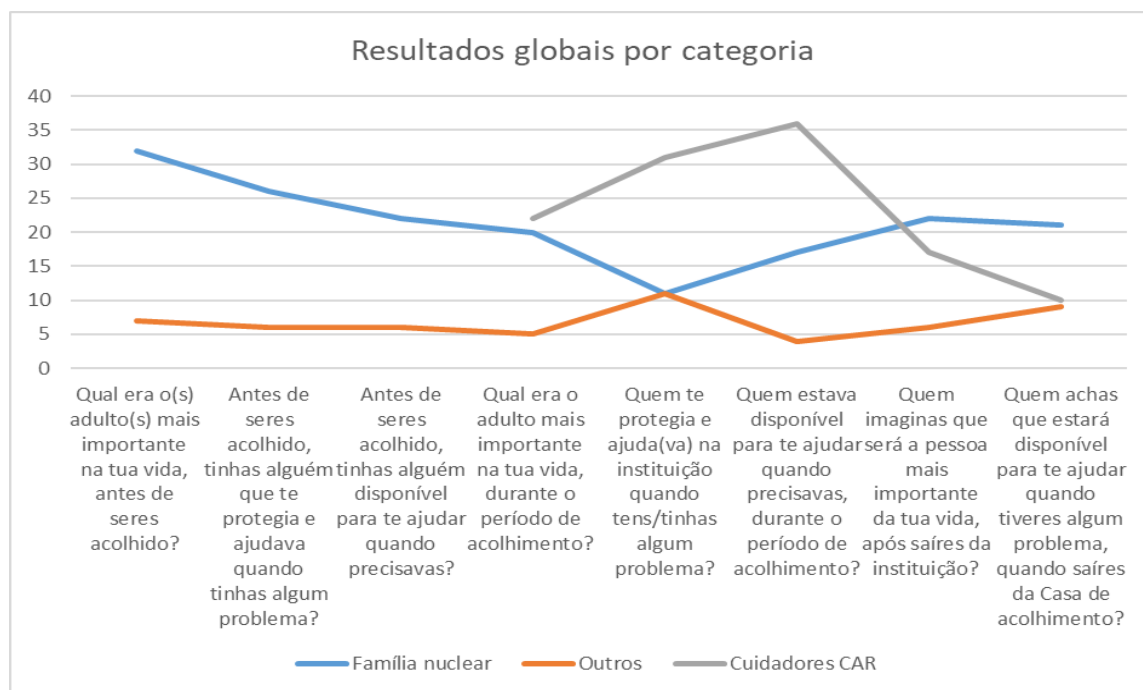
Gráfico n.º 19



Fonte: Elaboração do próprio

A análise dos resultados dos gráficos n.º 18 e 19, permite concluir que aqueles que serão importantes após a saída da instituição são: elementos da família nuclear (pai, mãe e irmãos), seguidos pelos cuidadores das CA (técnicos e educadores) e outros (professores, amigos, tios, tias).

Gráfico n.º 20

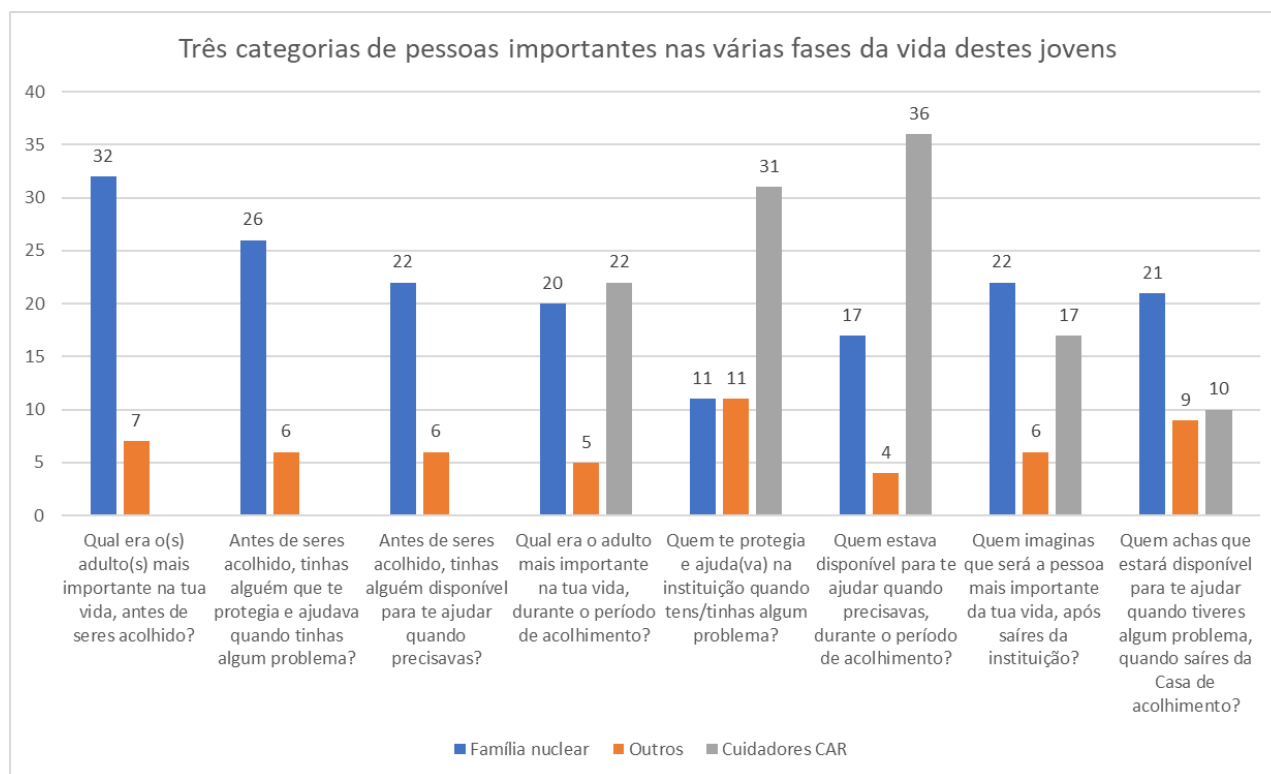


Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 20 reflete os resultados globais por categoria, isto é, nas várias questões colocadas sobre o período antes, durante e após o acolhimento, os jovens responderam de acordo com a sua perspetiva, sobre a importância que teriam a família, os cuidadores da casa de acolhimento ou outras figuras de referência. De realçar a importância continuada da família e a emergência da importância dos cuidadores a partir do momento da entrada na casa e durante o acolhimento.

O gráfico n.º 21 apresenta três categorias de pessoas importantes nas várias fases da vida destes jovens, antes, durante e após o acolhimento. A família, os cuidadores das CA e outros como professores, amigos, treinadores, etc.

Gráfico n.º 21



Fonte: Elaboração do próprio

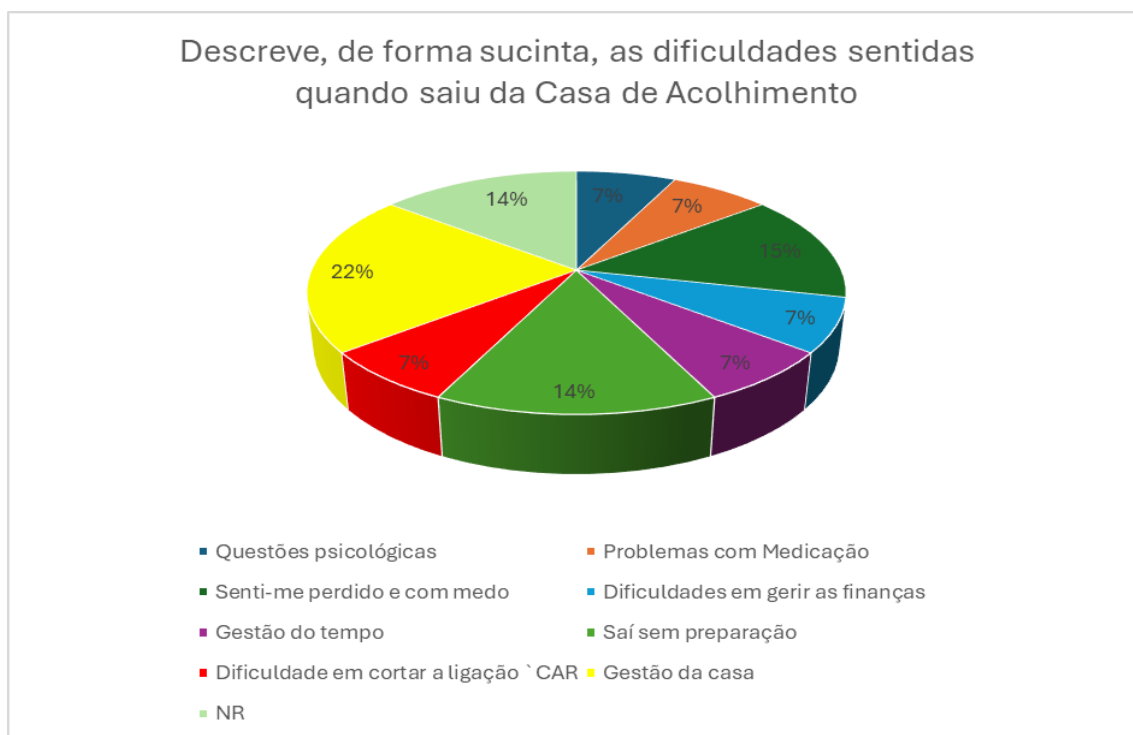
A análise do gráfico n.º 21 indica que antes do acolhimento, o adulto mais importante era para um terço dos jovens, um elemento da família nuclear, mas durante o acolhimento o adulto mais importante, e que estava disponível para ajudar quando tinham problemas, passou a ser um dos cuidadores da CA, e foi também identificado um adulto da CA como alguém a quem poderiam recorrer, após saírem da casa de acolhimento, embora um elemento da família nuclear ou outros também fossem indicados por alguns jovens.

4.4 Vivências dos jovens ex-acolhidos durante o processo de autonomia de vida

Os dados que se seguem fazem parte da recolha de dados relativamente ao questionário sobre autonomia de vida, efetuado aos jovens que já tinham saído da casa de acolhimento. As categorias encontradas para as respostas à pergunta sobre as dificuldades sentidas após a saída da casa de acolhimento, sumarizadas no gráfico n.º 22, foram as seguintes,

- Gestão do tempo de vida doméstica;
- Dificuldades económicas, de habitação e de emprego;
- Solidão e dificuldade em estabelecer novas relações sociais.

Gráfico n.º 22 – Dificuldades sentidas na saída da Casa de Acolhimento



Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 22 resume as várias dificuldades sentidas na saída do acolhimento residencial, com algumas temáticas a serem referidas pelos jovens como a gestão da casa, a falta de preparação e o sentimento de medo como as questões mais relevantes. Algumas frases dos jovens inquiridos:

“Obviamente que existem sempre aspetos a melhorar, mas na altura em que estava institucionalizado penso que fizeram tudo para que saísse preparado para poder vingar lá fora.”

“Na minha ótica, durante o meu período de acolhimento poderiam ter sido desenvolvidas mais dinâmicas e atividades relacionadas com a gestão doméstica da casa e com a gestão orçamental, bem como competências sociais, treinar o IRS, cartão de cidadão.”

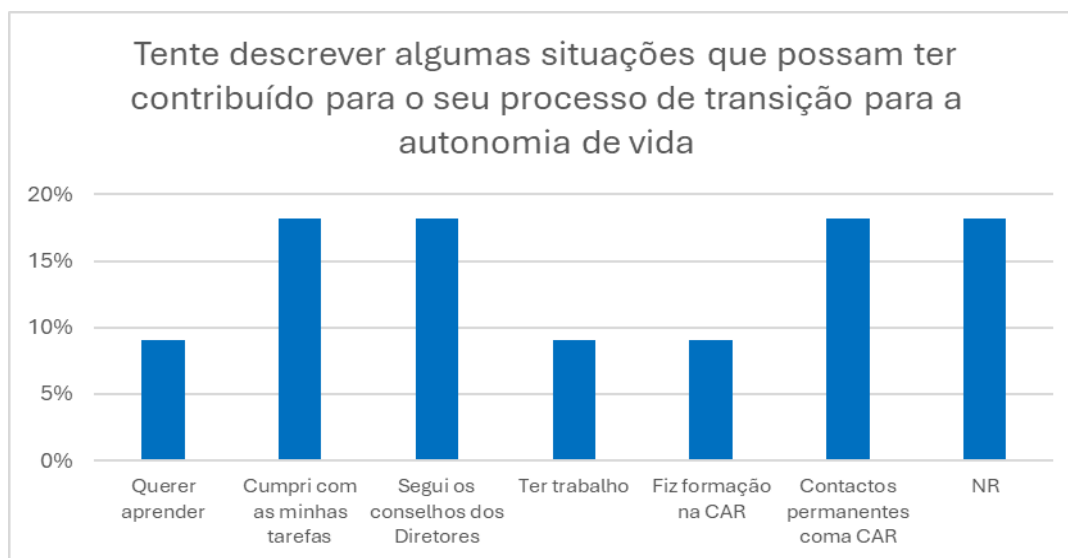
“Mais um pouco de espaço na minha privacidade”

O gráfico 23 resume o que os jovens pensam sobre o que os ajudaria na transição para autonomia de vida.

As categorias encontradas foram as seguintes:

- Ter habitação e emprego;
- Os conselhos dos técnicos da casa;
- Cumprir as regras da casa de acolhimento e respeitar os colegas;
- Competências em gestão diária de vida (gestão da casa, limpeza, cozinhar, arrumar...).

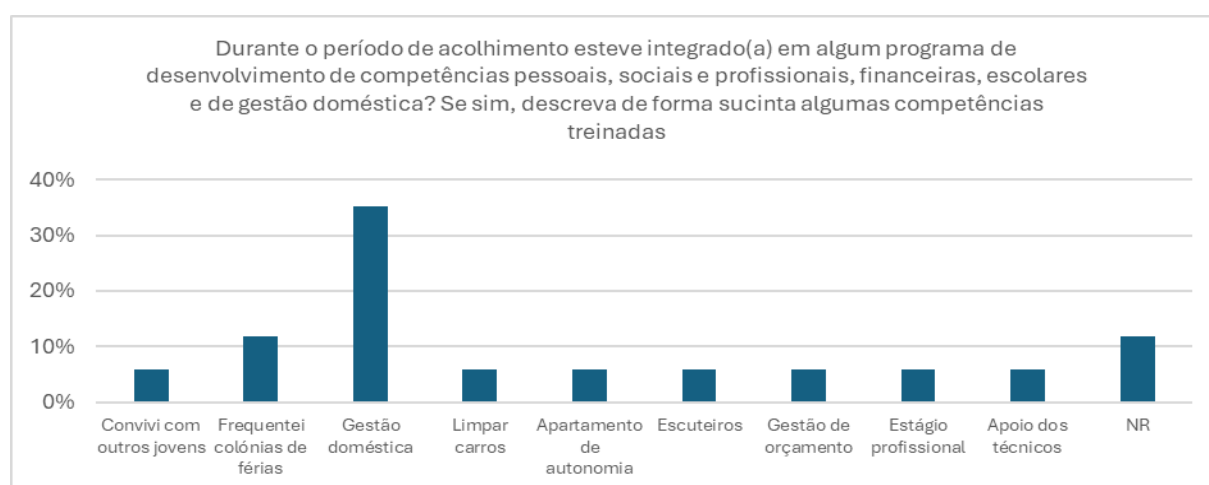
Gráfico n.º 23 – Contributos para o processo de transição para a Autonomia de vida



Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 23 reflete a opinião dos 9 participantes relativamente às situações que possam ter contribuído para o processo de transição para a autonomia de vida. O cumprimento das tarefas e responsabilidades, o desejo e disponibilidade para aprender, seguir os conselhos dos diretores da casa de acolhimento e os contactos permanentes com a casa de acolhimento, mesmo após a saída, foram os fatores mais referidos pelos participantes.

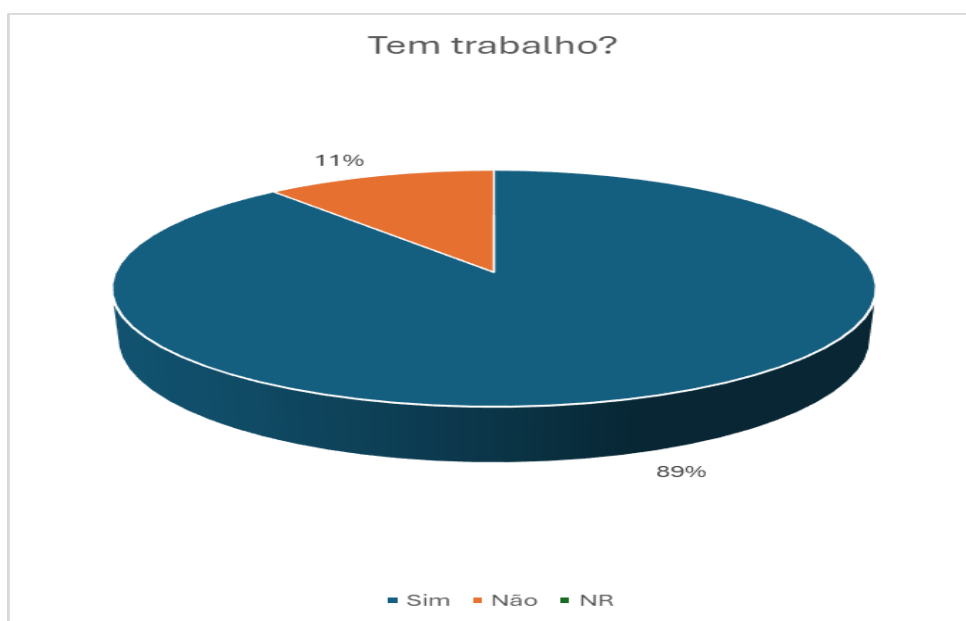
Gráfico n.º 24 – Integração em programas de treino de competência de pré-autonomia



Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 24 reflete a percepção dos jovens sobre os programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais em que participaram durante o período do acolhimento residencial. A gestão do orçamento foi a questão mais referida pelos participantes.

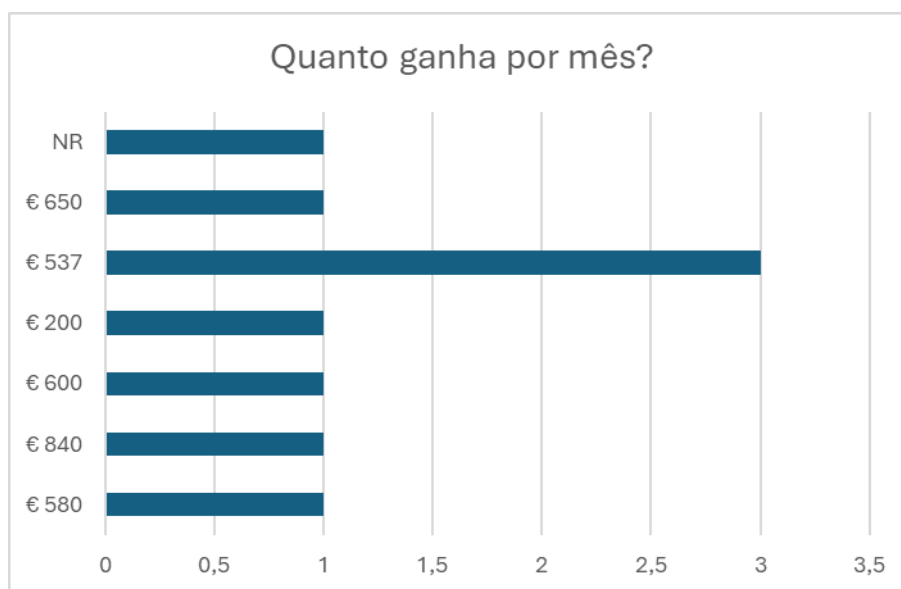
Gráfico n.º 25 – Jovens com ou sem trabalho



Fonte: Elaboração do próprio

A análise do gráfico n.º 25 mostra que a maioria dos jovens se encontrava a trabalhar, na altura em que foram entrevistados.

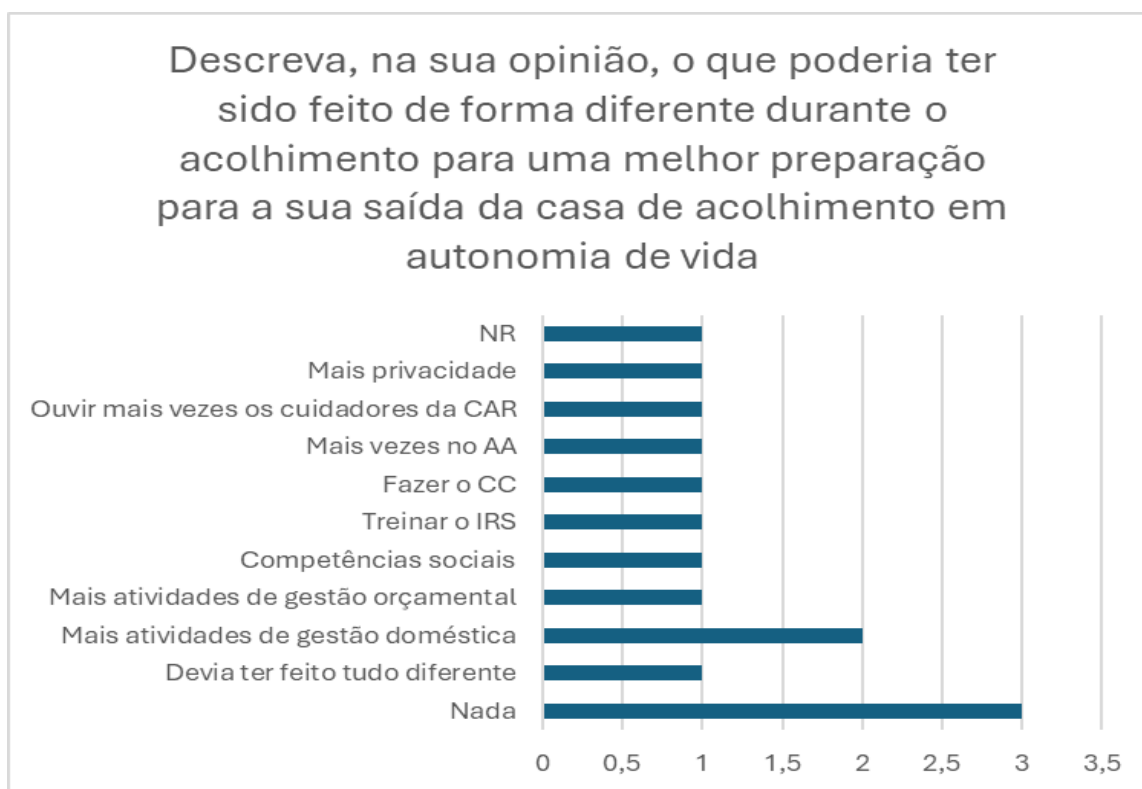
Gráfico n.º 26 – Remuneração mensal dos jovens integrados no mercado de trabalho



Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 26 mostra o salário que cada participante estava na altura a receber. A maioria estava a receber entre €537 e €650.

Gráfico n.º 27 – Melhorias na preparação para a autonomia de vida



Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 27 mostra a opinião dos participantes sobre o que poderia ter sido feito de forma diferente no período do acolhimento para uma melhor preparação para a saída da casa de acolhimento. 3 participantes responderam “nada”, vários responderam que gostariam de ter feito mais atividades que auxiliariam a autonomia e transição para a vida ativa, tais como gestão doméstica e orçamental, aprender a fazer IRS, competências sociais, fazer o CC (cartão de cidadão), estar mais vezes no AA (apartamento de autonomização), entre outros....

Algumas respostas dos jovens inquiridos:

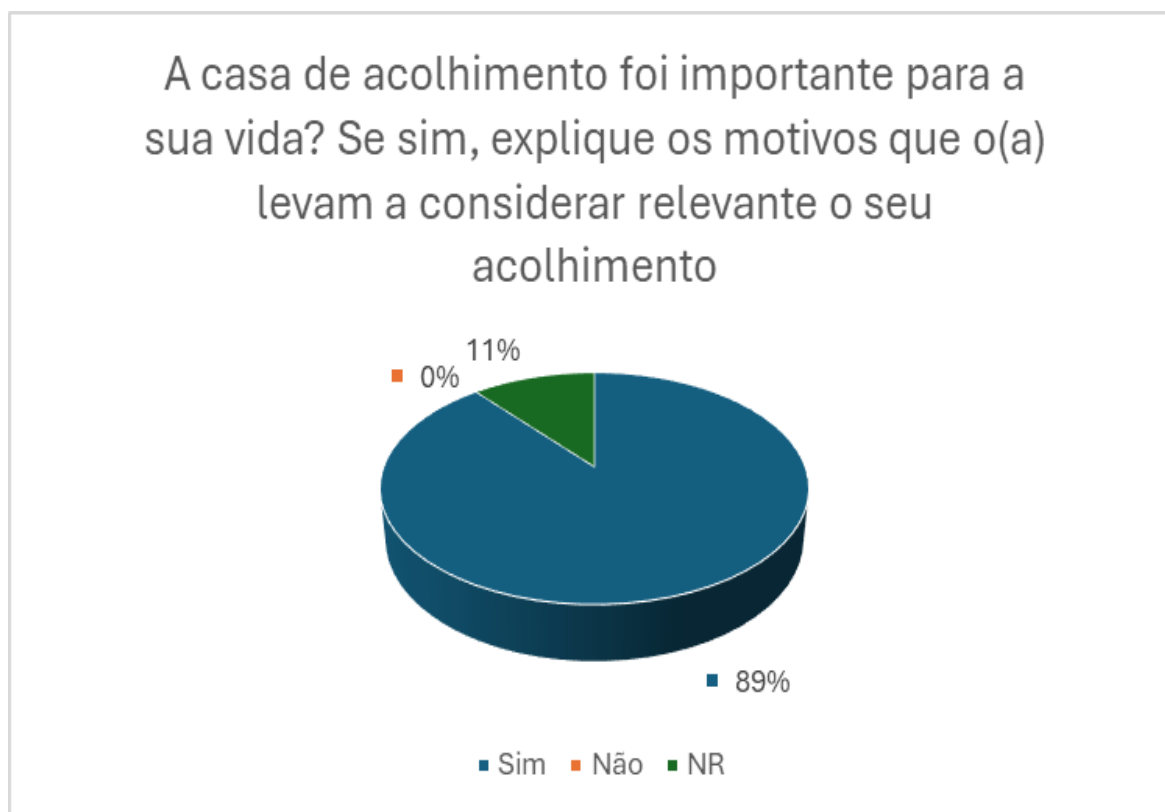
“Ser treinado na cozinha da instituição, ir mais vezes para a casa de autonomia.”

“Obviamente que existem sempre aspetos a melhorar, mas na altura em que estava institucionalizado penso que fizeram tudo para que saísse preparado para poder vingar lá fora.”

“Na minha ótica, durante o meu período de acolhimento poderiam ter sido desenvolvidas mais dinâmicas e atividades relacionadas com a gestão doméstica da casa e com a gestão orçamental, bem como competências sociais, treinar o IRS, cartão de cidadão.”

“Mais um pouco de espaço na minha privacidade”

Gráfico n.º 28 – Importância da Casa de Acolhimento para a vida dos jovens



Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 28 mostra a importância que a Casa de Acolhimento teve na vida destes participantes, com 89% a responderem que foi importante. Estas respostas são reveladoras do impacto positivo que as CA tiveram na vida destes jovens, aos olhos destes, com o distanciamento do tempo.

No que respeita aos motivos pelos quais os jovens entendem que a casa de acolhimento foi importante na sua vida, poderemos assumir as seguintes categorias:

- Aprender o que é uma família;
- Ter oportunidades na vida;
- Conseguir um emprego.

Algumas frases dos jovens inquiridos:

“Sim, hoje sou um rapaz melhor e já trabalho. Consigo ter estabilidade na minha vida.”

“A casa de acolhimento foi a minha vida e estou grata por tudo o que se passou de mal na minha infância, pois se não tivesse sido retirada não estava onde estou hoje e como estou hoje. A Casa de Acolhimento vai ser sempre a minha primeira casa.”

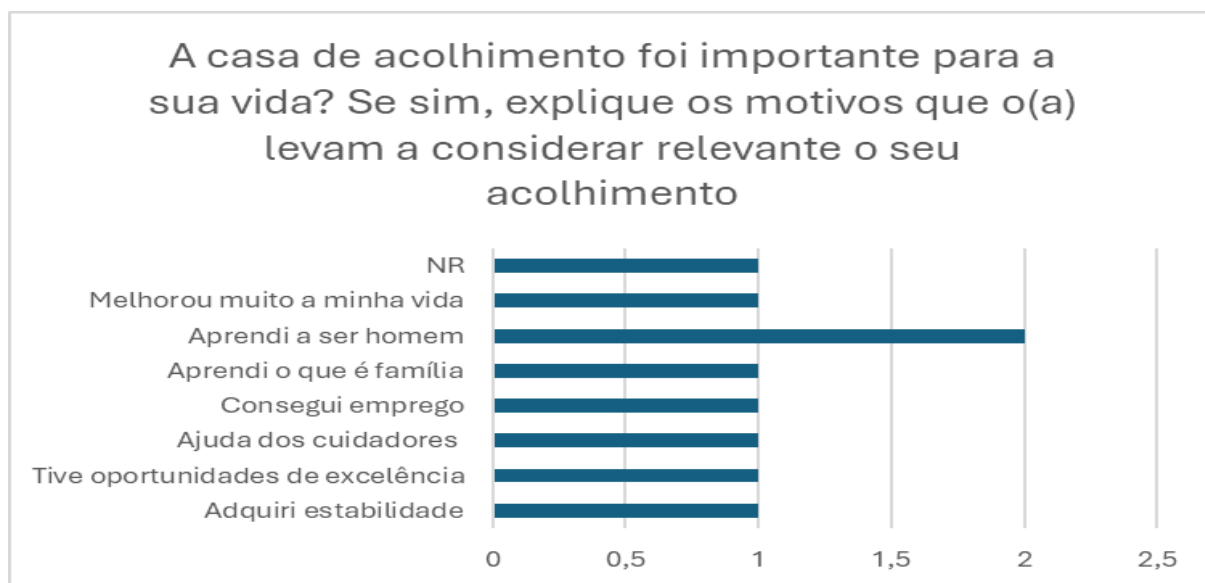
“Sim, porque aprendi a ser um homenzinho. Foi aqui que cresci e quero continuar até onde puder.”

“Claro que sim. Hoje tenho emprego e sou um rapaz bem na sociedade.”

“Claro que sim. Hoje dou graças a Deus de ter estado na Casa de Acolhimento. Tive oportunidades de excelência, que muitos gostariam de ter, a forma como todos os funcionários me ajudaram foi essencial para que a minha passagem pela instituição tivesse sido bastante positiva.”

“A casa de acolhimento foi um processo importante para a minha vida. Foi na casa de acolhimento que eu aprendi tudo sobre o que é família. Foi na casa de acolhimento que cresci com saúde e não me faltou nada. Foi sem dúvida uma casa importante.”

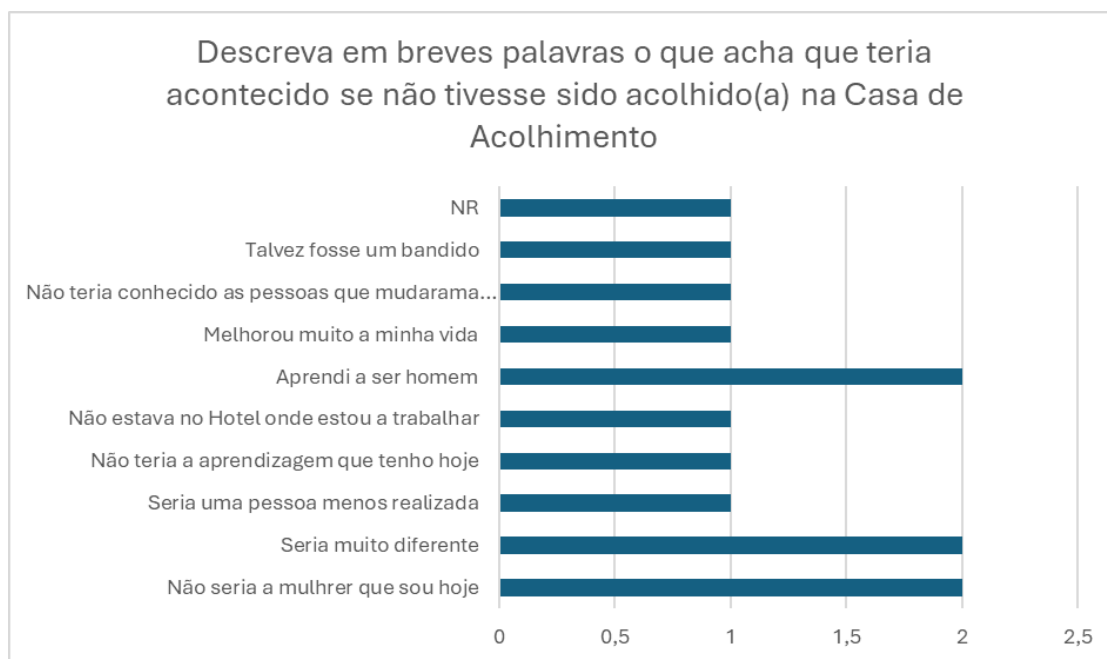
Gráfico n.º 29 – Importância da Casa de Acolhimento para a vida dos jovens acolhidos



Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 29 apresenta a segunda parte da resposta do gráfico n.º 31 e reflete os motivos pelos quais os participantes referiram que a CA foi importante para a sua vida. A expressão “aprendi a ser homem” é referida por dois participantes o que é demonstrativo do impacto que teve nas suas vidas.

Gráfico n.º 30– Impacto do não acolhimento



Fonte: Elaboração do próprio

O gráfico n.º 30 mostra a percepção dos participantes sobre o que teria acontecido se não tivessem sido acolhidos na casa de Acolhimento. As respostas mais significativas foram “aprendi a ser homem” o que mostra que teria sido muito mais difícil essa aprendizagem se não tivesse sido acolhido, “seria muito diferente” e “não seria a mulher que sou hoje” foram as outras respostas mais relevantes.

Capítulo 5 - Conclusões e implicações

“Que bom seria que todos os filhos fossem adotados, até os biológicos”

Álvaro Laborinho Lúcio

Do estudo efetuado e após análise do tratamento dos dados, é de realçar a importância dada aos progenitores por parte dos jovens inquiridos, (tal como nos estudos de Parente et al, 2014) desde o período antes do acolhimento, com alguma diminuição dessa referência durante o acolhimento, com os cuidadores a serem referidos com um pouco mais significado neste período. Após o acolhimento, os jovens inquiridos voltam a colocar os progenitores no topo das suas referências como pessoas importantes nas suas vidas. Podemos concluir que a relação afetiva quando existe e é promovida ao longo do tempo mantém-se significativa a rede de apoio. Por outro lado, há que referir também que os jovens reconhecem o trabalho e a dedicação de alguns cuidadores (aqueles que demonstraram ter tempo útil e lhes dedicaram atenção efetiva).

Relativamente aos jovens que saíram, estes relataram dificuldades na gestão de vida doméstica, solidão e relação social e algumas dificuldades de habitação. Todos reconheceram a importância do acolhimento residencial nas suas vidas.

A abordagem desenvolvida neste estudo, pretende clarificar a temática do aumento dos problemas de comportamento dos jovens acolhidos em casas generalistas, relacionando o perfil do jovem acolhido com a sua vinculação ao contexto.

A intervenção com intencionalidade reparadora, para se tornar eficaz, necessita essencialmente de três fatores - um contexto residencial saudável e estável (com regras, com rotinas, onde os jovens tenham os seus projetos de vida adequados e de uma equipa com formação congruente com a intervenção), um contexto educativo e/ou formativo ajustado às necessidades e às capacidades das crianças e dos jovens e, não menos importante, a predisposição do jovem para ser ajudado. A abordagem neste último fator incide nas variáveis idade do jovem acolhido *versus* capacidade de ligação ao seu novo contexto de forma a ser possível uma intervenção com a referida intencionalidade reparadora.

Esta problemática torna-se muito atual e emergente tendo em consideração o aumento dos distúrbios de comportamento dos jovens que se encontram em acolhimento. O sistema de promoção e proteção deve refletir sobre esta questão, nomeadamente à idade em que os jovens chegam às CA – cada vez com idade mais avançada.

Outro fator a ter em conta é o aumento dos jovens deslocados do distrito do seu agregado de origem. Desde 2013 que esta tipologia de jovens tem vindo a aumentar, o que nos permite antever que o processo de ligação ao contexto institucional tem, além dos que estão inatos ao acolhimento, mais este obstáculo, face ao sucesso na integração destes jovens nas CA.

Referindo-nos uma vez mais à teoria da vinculação de Bowlby, configura-se essencial a ideia de que as pessoas que nos estão próximas nos transmitem referenciais do correto e do incorreto, dos limites, das regras, da compreensão das necessidades adequadas à idade, entre outras questões importantes. Pese embora a literatura reforce as consequências negativas da retirada de crianças para acolhimento, nomeadamente até aos seis anos, quer pela questão da deslocalização do distrito de origem (embora por vezes, e ressalva-se que excecionalmente, é essencial esse afastamento) quer pelo tempo que estará residencializado, tendo em consideração que aos 18 anos poderá sair por sua livre vontade, independentemente do seu projeto de vida estar estruturado ou não, quanto mais próximo dos 18 anos for o seu acolhimento, mais comprometido fica todo o seu projeto de vida – pessoal, laboral, emocional e relacional.

Quando nos centramos na fase da juventude, podemos referir que é a fase da desaceleração do crescimento e maturidade progressiva, com o término das alterações biológicas, completada a diferenciação sexual e com o início da idade fértil (Machado, 2015). Nesta fase, mantêm uma grande ambivalência entre a “segurança” da infância e a sua autonomia. Esta duplicidade sistemática promove comportamentos que alternam entre o teimoso e o inconstante, o irrefletido e o consciente, o exuberante ou o deprimido. Como refere Machado (2015), “a vida é cor-de-rosa ou cinzenta, e muda subitamente, para desespero de quem com eles convive”.

Estes jovens que chegam às CA entre os 15 e os 17 anos, exigem mais autonomia e independência que os mais novos, o que os poderá afastar da figura do cuidador.

Se acrescentarmos a esta instabilidade própria da fase da adolescência, os maus tratos e a negligência parental, podemos concluir que o trabalho nas CA começa a ter contornos ainda mais complexos e difíceis para a intervenção com intencionalidade reparadora.

Num enquadramento de responsabilidade social, face aos problemas da juventude e centralizando preocupações a nível das respostas sociais, há que implementar uma gestão eficiente dos recursos. Os jovens esperam, geralmente, da sociedade onde se inserem a resposta aos seus problemas, mas há jovens que, pela incapacidade de resposta familiar, quer por negligência, quer por situações diversas como desemprego, baixo rendimento, segurança, higiene, saúde... (entre outros), são encaminhados para as CA como forma de resolução/atenuação de todos estes problemas. Nesta linha, segue o fundamento ideológico de uma CA. É, portanto, competência das CA assegurar como alicerces fundamentais a crianças e jovens, um ambiente seguro e proporcionar um crescimento e desenvolvimento saudável (tanto a nível físico como psicológico, logo holístico), sempre no encontro de um equilíbrio emocional, (prematuramente corrompido) e um franco desenvolvimento tanto a nível motor, como emocional e cognitivo. São estes os alicerces fundamentais, pelos quais se rege este reforço de competências e valores a que as CA devem e têm que estar associadas.

O Acolhimento é um processo devidamente estruturado (baseado numa avaliação diagnóstica, estruturada pelas entidades responsáveis) e conceção de um Plano Socioeducativo Individual (PSEI). Seguidamente, mentaliza-se e constrói-se um todo de gestão de atividades lúdico-pedagógicas, tendo em conta a idade da frequência de ensino a que se destinam. Nestes processos, que fazem parte do quotidiano (onde também se integram todos os cuidados pessoais e de saúde, nutrição e alimentação) queremos potenciar jovens ativos, autónomos, cívicos e membros de uma sociedade da qual sempre fizeram parte e à qual devem o seu respeito e contributo.

As crianças que viveram longos períodos em acolhimento e que cessaram a medida de promoção e proteção aos 18 anos, poderão vir a ser vítimas prematuras das famílias e/ou da sociedade, eventualmente com consequências mais graves e duradouras tendo em conta que não têm apoio de retaguarda que lhes dê o suporte fundamental para a sua (re)integração na sociedade. O relatório CASA 2015 refere na sua página 72 que:

“Esta situação poderá constituir um constrangimento grave para os jovens, pois após os 18 anos e sem qualquer medida de promoção e proteção aplicada, associada geralmente a ausência de retaguarda familiar e sem que o seu projeto de vida esteja devidamente concretizado, nomeadamente a autonomização, ou

o ensino superior concluído, pode levar a que estes jovens fiquem numa situação de desproteção.” Contudo, a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, na sua atual redação pretende atenuar este constrangimento ao proporcionar a possibilidade de o jovem ficar em acolhimento residencial até aos 25 anos (vide Art.º 60, n.º 3).

É também comum encontrar comprometimento cognitivo, competências sociais frágeis inerentes à sua experiência de vida, que inevitavelmente dificultam as transições para a autonomização.

Outra questão relevante é a alta rotatividade de profissionais em muitas CA, o que pode dificultar a criação de vínculos consistentes e seguros com as crianças. A falta de continuidade no cuidado pode agravar sentimentos de insegurança e desconfiança nas crianças acolhidas. Para favorecer vínculos mais fortes, é sugerido que as instituições de acolhimento trabalhem na redução da rotatividade e na manutenção de equipas estáveis, o que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de laços mais seguros e duradouros.

A literatura refere a necessidade de reforçar os recursos humanos e de implementar políticas que promovam a estabilidade e a qualidade das relações entre crianças e profissionais. Rodrigues (2018) aponta a questão da qualidade como um processo fundamental para as casas de acolhimento. Gaspar (2014) aborda a importância das CA funcionais serem importantes para alguns jovens que não têm outro lugar para estar.

Quando o acompanhamento é “duradouro, contínuo e humanizado por parte dos cuidadores às crianças institucionalizadas reveste-se de enorme importância no estabelecimento de uma relação de confiança, tantas vezes abalada por sucessivos abandonos anteriores.” (Gaspar, 2016, pág.6).

A ideia é que a vinculação segura contribua para o sucesso do processo de reintegração familiar ou para a preparação para a vida adulta e eventualmente autonomia de vida.

- Impacto da Idade na Vinculação Emocional:

a) Crianças Mais Novas:

- **Maior Facilidade na Vinculação:** Crianças mais jovens, especialmente as que chegam ao acolhimento em idade pré-escolar ou nos primeiros anos escolares, tendem a estabelecer vínculos emocionais mais facilmente com os cuidadores. A fase de desenvolvimento em que se encontram ainda permite a formação de novos laços de vinculação de forma mais natural e intensa;
- **Necessidade de Cuidado Consistente:** Para essas crianças, é fundamental que os profissionais ofereçam um cuidado consistente e afetuoso com escuta ativa, como refere o relatório CASA 2020 (pág. 145), pois essa etapa é crucial para o desenvolvimento de uma vinculação segura, que pode compensar, em parte, as rupturas anteriores nas suas relações familiares.

b) Crianças Mais Velhas e Adolescentes:

- **Desafios na Vinculação:** Crianças mais velhas e adolescentes frequentemente enfrentam maiores dificuldades em estabelecer vínculos emocionais com os profissionais de acolhimento. Isso deve-se a vários fatores, incluindo experiências prévias de trauma, desconfiança em adultos e maior consciência das perdas emocionais sofridas;
- **Resistência ao Acolhimento:** Adolescentes podem demonstrar resistência ao acolhimento e à criação de novos laços, preferindo manter algum grau de independência emocional. Eles também podem estar mais focados na sua história anterior e nos laços familiares que perderam, o que pode dificultar a formação de novas conexões;
- **Importância da Paciência e Empatia:** Para adolescentes, a paciência, a empatia e a oferta de apoio emocional são essenciais para construir qualquer nível de vínculo. A criação de um ambiente que respeite sua individualidade e experiências anteriores pode ajudar a reduzir a resistência e fomentar um vínculo de confiança.

○

c) Tempo de Permanência e Expectativas Futuras:

- **Crianças e Jovens com Perspetiva de Longo Prazo no Acolhimento:** Aqueles que chegam ao acolhimento numa idade mais avançada e têm menos probabilidade de regressar à família ou ser adotados podem desenvolver um

vínculo emocional mais forte com a casa de acolhimento, à medida que passam a vê-la como um lugar de estabilidade e pertença;

- **Desafios na Reintegração:** A forte vinculação com o ambiente de acolhimento pode, por outro lado, criar desafios na reintegração familiar ou na transição para a vida adulta, especialmente se essas crianças ou jovens não recebem o suporte adequado para manter um equilíbrio entre a nova vinculação e os seus laços anteriores.

A idade das crianças e jovens de entrada no acolhimento tem um impacto significativo no processo de vinculação emocional. Crianças mais jovens geralmente formam vínculos mais facilmente, enquanto crianças mais velhas e adolescentes podem enfrentar mais dificuldade nesse processo. Portanto, é essencial que as abordagens de acolhimento sejam adaptadas à idade e às necessidades individuais de cada criança ou jovem, com foco especial em oferecer um ambiente estável, empático e de apoio que promova o desenvolvimento saudável desses vínculos.

Outro fator que contribui para dificultar o processo de autonomia dos jovens que estiveram em AR é o nível de escolaridade. Num estudo sobre esta temática, conclui-se que 55,4% dos jovens entre os 15 e os 17 anos ainda estavam a frequentar o 3.º ciclo do ensino básico e 21,5% ainda frequentavam o 2.º ciclo do ensino básico, estando apenas 13% no ensino secundário, aquele que seria esperado para a sua idade (Martins, et al 2023).

Apesar de sabermos que o ambiente ideal para uma criança ou jovem crescerem é inserido numa família estruturada, muitas vezes a única hipótese das crianças e jovens conseguirem seguir o seu caminho, de forma segura, é através de uma medida de promoção e proteção de acolhimento residencial ou familiar.

A argumentação de que, embora o ambiente ideal para o crescimento de uma criança ou jovem seja numa família estruturada, o acolhimento residencial pode ser uma medida necessária e eficaz para garantir a sua segurança e desenvolvimento.

Para concluir, reforço a necessidade de se refletir com serenidade e compromisso para onde vai o sistema de promoção e proteção. Será que as CA estão a ser bem apoiadas,

acompanhadas, supervisionadas e respeitadas? Estaremos nós, os vários atores do sistema a contribuir para um acolhimento residencial de qualidade? Haverá a necessidade de repensar o sistema de promoção e proteção no seu todo?

Por último deixo um texto do Éder Lopes, o nosso herói de Paris, onde partilhou alguns episódios da sua infância no livro “O que se passa na infância, não fica na infância” de João Pedro Gaspar e Paulo Guerra (Coordenadores):

“Os anos passados no Lar 'O Girassol' ensinaram-me valiosas lições sobre resiliência, amizade e a importância do sentido de comunidade. Compreendi que a família transcende os laços de sangue, abrangendo aqueles que nos apoiam nos momentos mais desafiadores. O lar, apesar das suas imperfeições e desafios, foi palco de uma parte significativa do meu desenvolvimento pessoal.

Hoje, ao olhar para trás, percebo o quão determinante foi aquele período na minha vida. O "menino novo" amadureceu, superou obstáculos e aprendeu a valorizar as pequenas conquistas e os momentos de alegria compartilhada. Aquela designação, que inicialmente me fez sentir deslocado e inseguro, acabou por me ensinar o valor da resiliência, da aceitação e do crescimento pessoal. Naquela Casa de Acolhimento, entre sorrisos e lágrimas, descobri mais do que um simples abrigo; encontrei um caminho para me conhecer e, acima de tudo, uma família que escolhi e que me escolheu.”

Perante os resultados obtidos, parece evidente que para os participantes neste estudo, as figuras de referência e de vinculação vão alterando em função da fase em que os adolescentes e jovens se encontram. Antes do acolhimento as figuras de referência e de vinculação são naturalmente os familiares, como os pais, irmãos, tios, entre outros. No entanto, durante o acolhimento os jovens já referem como figuras relevantes de referência vários cuidadores das CA, o que é demonstrativo que são importantes na vida destes jovens adolescentes. Ainda nesta fase, a família, apesar de perder alguma preponderância nas escolhas como figuras de referência, continuam a ser referidas como muito importantes/relevantes para a sua vida.

Quanto à fase após acolhimento, os participantes voltam a referir a família como a mais relevante na sua vida e no seu futuro, no entanto também aparecem os cuidadores que criaram vínculos afetivos com os jovens como figuras relevantes para o futuro, mostrando que a passagem pelo acolhimento residencial foi importante para as suas vidas.

Quanto aos resultados obtidos relativamente à questão do processo de autonomia de vida, parece importante realçar que os jovens valorizam o trabalho realizado na casa de acolhimento, nomeadamente os projetos de treino de competências para a autonomia e valorizam as relações de vínculo criadas durante o período de acolhimento. É de salientar algumas sugestões dos jovens, nomeadamente sobre a experiência no apartamento de autonomia de forma a poderem treinar em contexto real. Os apartamentos de autonomização são muito importantes para uma transição tranquila para o exterior, podendo conviver ainda com outros jovens também nessa fase de vida. Tendo em consideração a referência de vários jovens à solidão que sentiram ao sair da casa de acolhimento, parece-me pertinente sugerir que os apartamentos de autonomização possam incluir entre 5 e 7 jovens, à semelhança de muitas famílias.

“Não somos amados porque somos bons. Somos bons porque somos amados.”

Desmond Tutu

Referências bibliográficas

- Abreu, M. (1998). *Cinco Ensaios sobre Motivação*. Almedina
- Ainsworth, M. D. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (2015). *Patterns of Attachment: A Psychological Study of the Strange Situation*. Psychology Press
- Albuquerque, C. & Luz, H. (Coord.). (2016). *Políticas Sociais em Tempos de Crise. Perspetivas, Tendências e Questões Críticas*. Pacto
- Amado, J., Ribeiro, F., Limão, I., & Pacheco, V., (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. Departamento da Educação Básica: Grafis CRL.
- Andrade (9-5-2016) Maioria das crianças em casas de acolhimento têm mais de 12 anos *Diário de Notícias* <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/maioria-das-criancas-em-casas-de-acolhimento-tem-mais-de-12-anos-5164864.html>
- Barth, R. P. (2002). *Institutions vs. Foster Homes: The Empirical Base for a Century of Action*. Chapin Hall Center for Children at the University of Chicago.
- Beck, R. (2004). *Motivation: theories and principles*. Upper Saddle River: Pearson.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss*. Vol. 1. Attachment. Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A Secure Base: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development*. Basic Books
- Browne, K. D. (2009). *The Risk of Harm to Young Children in Institutional Care. Save the Children UK*. <https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/1474.pdf>
- Calheiros, M., & Garrido, M. (Orgs.). (2014) *Crianças em Risco e Perigo. Contextos, Investigação e Intervenção* Vol. 4, Edições Sílabo.
- Cerdeira, J. (2021). Comportamentos de Fuga de Crianças e Jovens em Acolhimento residencial: Ajudá-los a Escolher Ficar. In Peixoto, C e Oliveira M. (Orgs) *Acolhimento*

Residencial de Crianças e Jovens em Perigo. Conceitos, Prática e Intervenção. PACTOR Editora.

Courtney, M. E., & Iwaniec, D. (Eds.). (2009). *Residential Care of Children: Comparative Perspectives.* Oxford University Press

Comissão de Ética do IPP (2021). *Código de Ética do IPP.* Publicado no Diário da República, n.º 157, despacho n.º 8047/2021, 2ª série. <https://pae.ippportalegre.pt/repositoryStream/317977>

Davis, H. A. (2003). Conceptualizing the role and influence of student-teacher relationships on children's social and cognitive development. *Educational Psychologist*, 38, 207-234. DOI: https://doi.org/10.1207/S15326985EP3804_2

DL n.º 164/2019, de 25 de outubro. *Regime de execução do acolhimento residencial* https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3213&tabela=leis&nversao=

Del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current Trends, Figures and Challenges in Out of Home Child Care: An International Comparative Analysis. *Psychosocial Intervention*, 22(3), 251-257. DOI: <https://doi.org/10.5093/in2013a28>

Emde, R., & Robinson, J. (2000). Guiding Principles for a Theory of Early Intervention: A Developmental-Psychoanalytic Perspective. In J. Shonkoff, & S. Meisels (Eds.). *Handbook of Early Childhood Intervention* (pp. 160-178). Cambridge University Press.

Esteves, M. (2006) Análise de conteúdo in J.A. Lima Pacheco (Orgs) *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses.* Porto Editora.

Gaspar, J. (2014). *Os Desafios da Autonomização: Estudo Compreensivo dos Processos de Transição para Diferentes Contextos de Vida, na Perspetiva de Adultos e Jovens Adultos Ex-Institucionalizados.* Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Edições EUDITO. <https://hdl.handle.net/10316/25245>

Gaspar, J. P. (2016). *A importância dos cuidadores de crianças acolhidas: afetos e vínculos.* São Paulo. Atlas <https://www.cienciavitaet.pt/portal/931A-84BD-C9E1>

Gaspar, J., & Santos, E. (Coords). (2017). *Acolhimento Juvenil no Mundo, Respostas Sociais e Estratégias Terapêuticas Fundadas na Cultura*. Edições Exlibris.

Gaspar, J.P., & Guerra, P. (Coords.) (2024). *O que se passa na infância não fica na infância*. Editora D´Ideias

Gonçalves, S. P., Gonçalves, J. P., & Marques, C. G. (Coord.) *Manual de Investigação Qualitativa. Conceção, análise e aplicações*. Edição PACTOR.

Guerra, P. (2024). *Lei de proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Anotada. 6.^a edição revista, aumentada e actualizada. Edições Almedina.

Hawkins-Rodgers, Y. (2007) Adolescents adjusting to a group home environment: a residential care model of reorganizing attachment behavior and building resiliency. *Children and Youth Services Review*, 29, pp.1131-11419. DOI: 10.1016/j.childyouth.2007.02.009.

Hill, M. M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo.

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2024). *CASA 2023 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* ISS, IP. Publicações Segurança Social. [https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/Relat%C3%B3rio CASA 2023/da8913ce-97e0-4b5d-ae10-bf16c7a88901](https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/Relat%C3%B3rio+CASA+2023/da8913ce-97e0-4b5d-ae10-bf16c7a88901)

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2023). *CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* ISS, IP. Publicações Segurança Social. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2022/c1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471>

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2022). *CASA 2021 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* ISS, IP. Publicações Segurança Social. [https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA 2021/d6eafa7c-5fc7-43fc-bf1d-4afb79ea8f30](https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2021/d6eafa7c-5fc7-43fc-bf1d-4afb79ea8f30)

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2021). *CASA 2020 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* ISS, IP. Publicações Segurança Social. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/CASA+2020.pdf/b7f02f58-2569-4165-a5ab-bed9efdb2653>

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2020). *CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* ISS, IP. Publicações Segurança Social. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2019). *CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* ISS, IP. Publicações Segurança Social. https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/Relat%C3%B3rio_CASA2018/f2bd8e0a-7e57-4664-ad1e-f1cebcc6498e

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2018). *CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* ISS, IP. Publicações Segurança Social. https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/Relatorio_CASA_2017/537a3a78-6992-4f9d-b7a7-5b71eb6c41d9

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2017). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* ISS, IP. Publicações Segurança Social.

Instituto de Segurança Social, Instituto Público (2013-2023). *Relatórios de Caracterização Anual da Situação do Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: ISS, IP. Publicações Segurança Social: https://www.seg-social.pt/publicacoes?p_p_id=101_INSTANCE_kFOdlv5en503&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column1&p_p_col_count=1&_101_INSTANCE_kFOdlv5en503_delta=10&_101_INSTANCE_kFOdlv5en503_keywords=&_101_INSTANCE_kFOdlv5en503_advancedSearch=false&_101_INSTANCE_kFOdlv5en503_andOperator=tr

[ue&p r p 564233524 resetCur=false& 101 INSTANCE kFOdlv5en503 cur=2&kw=CAS A&df=2](#)

Lei de proteção de crianças e jovens em perigo – Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, (com as atualizações da Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto; da Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro; da Lei n.º 23/2017 de 23 de maio, da Lei n.º 26/2018 de 5 de julho, pela Lei n.º 23/2023, de 25 de maio, do DL n.º 39/25 de 25 de março, pela Lei n.º 37/2025 de 31 de março e pela Lei n.º 39/25 de 1 de abril) publicadas em Diário da República. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis

Machado, M. C., (2015) *Adolescentes*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Martins, M. J. D., & Abreu, R. (2023). Educação e socialização de adolescentes em acolhimento residencial, durante o confinamento, resultante da pandemia associada à doença COVID19: Atas do 1.º Congresso Internacional sobre a transição à vida adulta para jovens no sistema de proteção social Ourense. (pp.14-21). In C. Rosón, N. Blanco-Pardo, P. Ramallal, & D. Fernández-Simo IGAXES – Universidad de Vigo ISBN: 978-84-09-58706-3 <https://programamentor.org/wp-content/uploads/2024/05/programa-mentor-libro-actas.pdf>

Martins, M. J. D., Oliveira, T., & Marchão, A. (2023). A inclusão de crianças e jovens em situações de vulnerabilidade. *SISYPUHS Journal of Education* 11, 2, 2023, pp. 10-32. DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.28110>

Martins, P.C. (2004) *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços*. Tese de doutoramento em Estudos da Criança Braga: Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/3238>

Maslow, A. (1970). *Motivation and personality*. Harper & Row Publishers.

Matos, P. M. & Costa, M. E. (1996) *Vinculação e Processos Desenvolvimentais nos Jovens Adultos*. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 45-54.

National Scientific Council on the Developing Child (2012). *The Science of Neglect: The Persistent Absence of Responsive Care Disrupts the Developing Brain*. Harvard University.

Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude – alguns contributos, *Análise Social*, vol. XXV (105-106), (1.º e 2.º), pp. 139-165.

Parente C. Mendes E. Teixeira V. Martins P (2014). As redes sociais pessoais de crianças em perigo em regime de acolhimento residencial. In M. Calheiros e M. Garrido, (Orgs.). *Crianças em Risco e Perigo. Contextos, Investigação e Intervenção* Vol. 4, Edições Sílabo

Peixoto, C. S. & Oliveira, M. S. (Coord.) (2021). *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo – Coceitos, Prática e Intervenção*. Edições PACTOR

Poupa, A. P. C. (2003). *Como escrever uma tese monografia ou livro científico usando o word*. 2.ª edição. Resolução de dúvidas da Língua Portuguesa Norma APAR para referências bibliográficas Norma portuguesa NP 405 para referências bibliográficas, Soluções em Word para os problemas de redação da tese. Como pesquisar 150 milhões de artigos científicos. Como aceder a 1,6 milhões de teses de mestrado e doutoramento. Edições Sílabo.

Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro. *Estabelece o regime de organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento para crianças e jovens*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/450-2023-812826259>

Santa Casa da Misericórdia de Almada. (2017) *(Re)Construindo A Casa dos Afetos, Relatos de Vivências em Acolhimento Residencial*. <https://www.ump.pt/Home/criancas-e-jovens/noticias/almada-dar-voz-as-historias-de-afeto/>

Silva, N.D.F., (2014) *Teoria da Vinculação*. Mestrado Integrado em Medicina, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. DOI: <https://hdl.handle.net/10216/73037>

Sprinthall, N., & Collins, A. (2011). *Psicologia do adolescente*. F. C. Gulbenkian

Strecht, P. (2017). *B'Teen - É a Vida dos Adolescentes de Hoje!* Lisboa. Verso da Kapa.

UNICEF (2011). *The State of the World's Children 2011: Adolescence - An age of opportunity*. <https://data.unicef.org/resources/the-state-of-the-worlds-children-2011-adolescents-an-age-of-opportunity/>

Unrau, Y. A., Seita, J. R., & Putney, K. S. (2008). *Former Foster Youth Remember Multiple Placement Moves: A Journey of Loss and Hope*. *Children and Youth Services Review*, 30(11), 1256-1266. DOI: 10.1016/j.childyouth.2008.03.010

Rodrigues S. (2018). A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: Avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados, (Tese de Doutoramento. Universidade do Porto).
https://sigarra.up.pt/reitoria/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=335745

Vicente, P., Reis, E. e Ferrão, F. Sondagens. *A amostragem como factor decisivo de qualidade*. 2.^a Edição revista e corrigida. Edições Sílabo.

Zegers, M. A. M., Schuengel, C., Ijzendoorn, M. H. V., & Janssens, J. M. A. M., (2006). Attachment Representations of Institutionalized Adolescents and Their Professional Caregivers: Predicting the Development of Therapeutic Relationships. *American Journal of Orthopsychiatry* 76(3), 325-334. DOI: 10.1037/0002-9432.76.3.325

2) Qual era o(s) adulto(s) mais importante na tua vida, antes de seres acolhido?

Assinala com uma cruz uma ou mais opções:

Pai ☐ Mãe ☐ Irmão ☐ Irmã ☐ Outro familiar ☐ Qual? _____

Colega ☐ Amigo ☐ Professor ☐ Outro ☐ Nenhum ☐

Explica a tua resposta _____

3) Antes de seres acolhido, tinhas alguém que te protegia e ajudava quando tinhas algum problema?

Sim ☐ Não ☐

Quem? Assinala com uma cruz uma ou mais opções:

Pai ☐ Mãe ☐ Irmão ☐ Irmã ☐ Outro familiar ☐ Qual? _____

Colega ☐ Amigo ☐ Professor ☐ Outro ☐ Nenhum ☐

Explica a tua resposta _____

4) Antes de seres acolhido, tinhas alguém disponível para te ajudar quando precisavas?

Sim ☐ Não ☐

Quem? Assinala com uma cruz uma ou mais opções:

Pai ☐ Mãe ☐ Irmão ☐ Irmã ☐ Outro familiar ☐ Qual? _____

Colega ☐ Amigo ☐ Professor ☐ Outro ☐ Nenhum ☐

Explica a tua resposta _____

As perguntas 5) a 7) referem-se ao período durante o acolhimento residencial

5) Qual era o adulto mais importante na tua vida, durante o período de acolhimento?

O mesmo da pergunta anterior ☐ (Podes passar à questão 6) Outro ☐

Quem? Assinala com uma cruz uma ou mais opções:

Pai ☐ Mãe ☐ Irmão ☐ Irmã ☐ Outro familiar ☐ Qual? _____

Colega ☐ Amigo ☐ Professor ☐ Outro ☐ Nenhum ☐

Psicólogo/a CAR ☐ Animadora CAR ☐ Professor CAR ☐ Assistente Social CAR ☐
Director CAR ☐

Explica a tua
resposta _____

6) Quem te protegia e ajuda(va) na instituição quando tens/tinhas algum problema?

Assinala com uma cruz uma ou mais opções:

Pai ☐ Mãe ☐ Irmão ☐ Irmã ☐ Outro familiar ☐ Qual? _____

Colega ☐ Amigo ☐ Professor ☐ Outro ☐ Nenhum ☐

Psicólogo/a CAR ☐ Animadora CAR ☐ Professor CAR ☐ Assistente Social CAR ☐
Director CAR ☐

Explica a tua resposta, descrevendo a importância dessa pessoa

7) Quem estava disponível para te ajudar quando precisavas, durante o período de acolhimento?

Assinala com uma cruz uma ou mais opções:

Pai ☐ Mãe ☐ Irmão ☐ Irmã ☐ Outro familiar ☐ Qual? _____

Colega ☐ Amigo ☐ Professor ☐ Outro ☐ Nenhum ☐

Psicólogo/a CAR ☐ Animadora CAR ☐ Professor CAR ☐ Assistente Social CAR ☐
Director CAR ☐

Explica a tua
resposta _____

As perguntas 8) a 9) referem-se à tua vida após a saída da casa de acolhimento

8) Quem imaginas que será a pessoa mais importante da tua vida, após saíres da instituição?

Assinala com uma cruz uma ou mais opções:

Pai ☐ Mãe ☐ Irmão ☐ Irmã ☐ Outro familiar ☐ Qual? _____

Colega ☐ Amigo ☐ Professor ☐ Outro ☐ Nenhum ☐

Psicólogo/a CAR ☐ Animadora CAR ☐ Professor CAR ☐ Assistente Social CAR ☐
Director CAR ☐

Explica a tua resposta _____

9) Quem achas que estará disponível para te ajudar quando tiveres algum problema, quando saíres da Casa de acolhimento?

Assinala com uma cruz uma ou mais opções:

Pai ☐ Mãe ☐ Irmão ☐ Irmã ☐ Outro familiar ☐ Qual? _____

Colega ☐ Amigo ☐ Professor ☐ Outro ☐ Nenhum ☐

Psicólogo/a CAR ☐ Animadora CAR ☐ Professor CAR ☐ Assistente Social CAR ☐
Director CAR ☐

Explica a tua resposta _____

A importância da vinculação no sucesso do acolhimento residencial e da autonomia de adolescentes e jovens em risco

Entrevista semiestruturada a jovens ex acolhidos em casas de acolhimento do Alto Alentejo.

1. Sexo: ____ (M) ____ (F);
2. Idade: _____;
3. Nível de escolaridade _____;
4. Escolaridade Regular _____; ou Profissional _____;
5. Ano de acolhimento: _____;
6. Ano de saída da Casa de Acolhimento: _____;
7. Descreva, de forma sucinta, as dificuldades sentidas quando saiu da Casa de Acolhimento:

8. Tente descrever algumas situações que possam ter contribuído para o seu processo de transição da casa de acolhimento para a vida lá fora:

9. Durante o período de acolhimento esteve integrado(a) em algum programa de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, financeiras, escolares e de gestão doméstica? Se sim, descreva de forma sucinta algumas competências treinadas:

10. Conseguiu arranjar emprego logo após a saída da casa de acolhimento? ____
(SIM) ____ (NÃO);

11. Tem trabalho atualmente: ____ (SIM) ____ (NÃO);

12. Quanto ganha por mês? _____;

13. Descreva, na sua opinião, o que poderia ter sido feito de forma diferente durante o acolhimento para uma melhor preparação para a sua saída da casa de acolhimento em autonomia de vida:

14. A Casa de Acolhimento foi importante para a sua vida? Se sim, explique os motivos que o(a) levam a considerar relevante o seu acolhimento:

-
-
-
15. Descreva em breves palavras o que acha que teria acontecido se não tivesse sido acolhido(a) na Casa de Acolhimento:

OBRIGADO